

ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

Fundação João Pinheiro

Manoela Almeida Bazán Castanheira

**AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO DE MINAS GERAIS:
O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA
AS MULHERES DE MINAS GERAIS (SPM-MG) (2015-2016)**

Belo Horizonte

2018

Manoela Almeida Bazán Castanheira

**AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO DE MINAS GERAIS:
o trabalho desenvolvido pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de
Minas Gerais (SPM-MG) (2015-2016)**

Monografia apresentada no Curso de
Administração Pública da Escola de Governo
Professor Paulo Neves de Carvalho da
Fundação João Pinheiro, como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Administração Pública.

Área de Concentração: Administração Pública

Orientadora: Professora Marina Alves Amorim

Belo Horizonte

2018

C346p Castanheira, Manoela Almeida Bazán.
As políticas para as mulheres no estado de Minas Gerais [manuscrito] : o trabalho desenvolvido pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM-MG) (2015-2016) / Manoela Almeida Bazán Castanheira. – 2018.
[14], 75 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientadora: Marina Alves Amorim
Bibliografia: f. 58-61

1. Mulheres – Minas Gerais. 2. Políticas públicas – Minas Gerais.
Amorim, Marina Alves. II. Título.

CDU 396(815.1)

Manoela Almeida Bazán Castanheira

**AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO DE MINAS GERAIS:
o trabalho desenvolvido pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de
Minas Gerais (SPM-MG) (2015-2016)**

Monografia apresentada no Curso de
Administração Pública da Escola de Governo
Professor Paulo Neves de Carvalho da
Fundação João Pinheiro, como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Administração Pública.

Professora Marina Alves Amorim (Orientadora)

Professora Ana Paula Salej Gomes (Banca Examinadora)

Professora Letícia Godinho de Souza (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, __ de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por todo amor, dedicação e zelo desde o dia que nasci. Meu eterno muito obrigada por tudo que vocês fizeram por mim.

À minha mãe, agradeço por toda paciência, carinho, persistência e vontade de me ver evoluir. Você é o exemplo de mulher na minha vida. Ao meu pai, agradeço por me ensinar sobre a beleza das pequenas coisas da vida, por me dar tranquilidade nas horas difíceis e me estender as mãos sempre que precisei.

Agradeço ao Hugo, meu parceiro e professor. Sem você eu não teria chegado até aqui. Obrigada por ter me ajudado em todos os momentos, desde as aulas de matemática para a minha entrada na Fundação, passando pelas matérias de exatas, até a conclusão deste trabalho; sem medir esforços. Gratidão por te ter comigo nessa trajetória. Felicidade por ter seu amor.

Agradeço ao meu irmão Henrique, por ter sido amigo, sincero, e compreensivo em meus momentos difíceis. Espero caminhar com você pela vida.

Agradeço imensamente à Professora Marina, que superou todas as minhas expectativas em um trabalho de orientação, me ajudando a cada passo e vibrando comigo em cada etapa bem-sucedida. Você não poderia ter feito mais por mim!

E, por fim, agradeço a todos os professores da Fundação João Pinheiro, por todo aprendizado. Levarei em meu coração esses 4 anos.

RESUMO

O objeto de estudo desta monografia são as ações, os programas e as políticas para as mulheres propostos e desenvolvidos pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM-MG), entre 2015, data da sua criação, e 2016, período em que foi possível realizar levantamento documental. O objetivo geral, por sua vez, é o levantamento, o mapeamento e a análise do trabalho desenvolvido pela subsecretaria no período específico. Essa monografia se justifica pelo fato de que o mapeamento e a análise das ações, programas e políticas desenvolvidas e propostas pela SPM-MG ainda não haviam sido realizados pelo campo dos estudos de gênero ou por outro campo de estudos. Ademais, tal mapeamento e análise podem ajudar o Governo do Estado a refletir sobre sua própria atuação, em uma área extremamente importante, a de criação e de desenvolvimento de políticas para as mulheres. Relativo a metodologia da monografia, utilizou-se a de trabalho própria do campo da história, sendo qualitativa ao realizar o levantamento bibliográfico documental e a heurística. No trabalho é apresentado uma sistematização das informações contidas nos documentos que compõe o *corpus documental*, elaborando-se tabelas, gráficos e quadros, contendo todas as ações da SPM-MG que puderam ser identificadas no garimpo e análise documental. É realizada tentativa de análise do que foi observado no *corpus documental*, considerando-se se a limitação financeira-orçamentária e de pessoal da subsecretaria e elaborando hipóteses analíticas. Relativo às contribuições ao campo de estudos, o trabalho se mostra relevante ao realizar análise inédita sobre as atividades e ações da SPM-MG nos anos de 2015 e 2016, além de ser relevante para o próprio Governo de Minas Gerais, uma vez que faz reflexão sobre as políticas públicas para as mulheres no Estado.

Palavras Chave: Subsecretaria de Políticas Para as Mulheres; Governo de Minas Gerais; Políticas Para as Mulheres.

ABSTRACT

This article is based on women's policies and programs propose and developed by the Under Secretary for Women's Policies of Minas Gerais between the year 2015 and 2016. The author realised a search, mapped and analysed the data of the Under Secretary in the specified period. This monography has the propose justified once there is no previous article that analyses the actions, programs and developed policies for women by the Under Secretary for Women's Policies of Minas Gerais. Furthermore, such mapped data could make the Government of State of Minas Gerais reflect about his own actions on the creation and development of women's policies. The methodology used on the article was divided in two phases. Firstly, it was realized a bibliography survey, selecting the main data on the available collection, which it was included documents splitted on programs, actions and public policies developed by Under Secretary for Women's Policies of Minas Gerais on the period of 2015 and 2016. Secondly, the Under Secretary Women's Policies of Minas Gerais actions were identified with the aim of identifying and specifying each one of the selected policies on the step one. On this step it was also realized a search looking for possible incompatibilities, gaps and inconsistent information on the raised data. Finally, as results of this article it was produced a unique and unprecedented study which could be useful to future researches and academic studies. Moreover, the present essay could be also used by the Government of State of Minas Gerais once it made reflections about the women's public policies on the state.

Keywords: Policies And Programs For Women; Goverment of State of Minas Gerais; Under Secretary for Women's Policies of Minas Gerais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGPP	Assistente de Gestão e Políticas Públicas
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
CAMG	Cidade Administrativa de Minas Gerais
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEM	Conselho Estadual da Mulher
CEPAM	Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres
CEPM	Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres
CERNA	Centro Risoleta Neves de Atendimento
CF	Constituição Federal
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRGLP	Centro de Referência da Gestante Privada de Liberdade
CTIG	Comitê da Transversalidade para Igualdade de Gênero
DDM	Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especializadas de Atendimento à Mulher
EAD	Educação a Distância
EPPGG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e
Transgêneros	
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPM	Organismo de Políticas para as Mulheres
PEPM	Plano Estadual de Política para as Mulheres
PIEP	Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Prisional
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SECCRI	Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais
SECIR	Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional
SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA)
SEDESE	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SEDINOR e Nordeste	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste
SEDPAC Cidadania	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SEESP	Secretaria de Estado de Esportes
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEMAD Sustentável	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Igualdade Racial
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SPDDH-MG	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
SPIR-MG Gerais	Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais
SPM-BR	Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil
SPM-MG	Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUBJUV-MG	Subsecretaria de Juventude de Minas Gerais
SUBPAS-MG	Subsecretaria de Participação Social de Minas Gerais
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações da SPM-MG por ano – 2015 e 2016.....30

Gráfico 2 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações de enfrentamento à violência, das outras ações e das ações totais da SPM-MG por ano – 2015 e 2016.....30

Gráfico 3 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres, das outras ações e das ações totais da SPM-MG por ano – 2015 e 2016.....33

Gráfico 4 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações de articulação e transversalidade, das outras ações e das ações totais da SPM-MG por ano – 2015 e 201636

Gráfico 5 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações da SPM-MG com a participação de todos os seus eixos da SPM-MG em relação a todas as demais ações com eixos específicos, por ano – 2015 e 2016.....37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre os valores programados e executados (físicos e financeiros) nos anos de 2015 e 2016, das ações desenvolvidas pela SPM-MG com orçamento do Governo Estadual.....46

Tabela 2: Valores dos convênios 137/2011 e 115/2012 recebidos pela SPM-MG nos anos de 2015 e 2016 SPM-MG com orçamento do Governo Federal.....47

LISTA DE QUADROS

Quadro	1	–	<i>Corpus</i>	<i>Documental</i>	
.....					27
Quadro 2 – Atividades e ações da SPM-MG de enfrentamento à violência contra as mulheres	por	ano	–	2015	e
2016.....					31
Quadro 3 – Atividades e ações da SPM-MG de promoção da autonomia e empoderamento	de	mulheres	por	ano	–
2016.....					2015
					e
					34
Quadro 4 – Atividades e ações da SPM-MG de articulação e transversalidade por ano	–	2015	e	2016	
.....					36
Quadro 5 – Ações da SPM-MG que foram realizadas por todos os eixos, por ano – 2015 e 2016					
.....					38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Tema e problema	15
1.2 Estrutura da monografia	17
2. CAPÍTULO 1: O EMBASAMENTO TEÓRICO E O PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.1 Embasamento teórico	19
2.1.1 <i>Definição de políticas públicas e de políticas públicas para as mulheres</i>	<i>19</i>
2.1.2 <i>Histórico das políticas públicas para as mulheres no Brasil</i>	<i>20</i>
2.1.3 <i>Políticas públicas para as mulheres em minas gerais: pioneirismo e fatos marcantes</i>	<i>25</i>
2.2 Percurso metodológico	26
3. CAPÍTULO 2: O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE MINAS GERAIS (SPM-MG) (2015-2016) ..	29
3.1 Atividades e ações da SPM-MG em 2015 e 2016	29
3.2 Esforço de análise do trabalho da SPM-MG em 2015 e 2016	40
4. CAPÍTULO 3: A SPM-MG ENTRE DIFICULDADES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	43
4.1 Limitação de pessoal e orçamentária da SPM-MG	43
4.2 Dificuldade de registro do trabalho da SPM-MG e sugestão de possível solução	48
4.3 A SPM-MG como lugar de articulação das políticas para as mulheres	50
5. CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXO 1	61
ANEXO 2	69
ANEXO 3	79
ANEXO 4	81

1 INTRODUÇÃO

Esta introdução apresenta, em primeiro lugar, o projeto de pesquisa que deu origem a esta monografia. São abordados, brevemente, o objeto, o seu objetivo e a sua justificativa, assim como o embasamento teórico e o percurso metodológico. Ademais, a introdução também apresenta a estrutura da monografia.

1.1 Tema e problema

O objeto de estudo desta monografia são as ações, os programas e as políticas para as mulheres propostos e desenvolvidos pela Subsecretaria de Política para as Mulheres de Minas Gerais (SPM-MG), entre 2015, data da sua criação¹, e 2016, momento em que foi realizado o levantamento documental.

A SPM-MG é um espaço de formulação, coordenação e implementação de políticas voltadas para as mulheres de Minas Gerais, que também tem a pretensão de consolidar a institucionalização dessas políticas específicas no Estado. Alinhada com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da gestão do Presidente Lula e da Presidente Dilma (2003-2016), a SPM-MG elabora e desenvolve ações, programas e políticas que buscam o enfrentamento da violência contra as mulheres, a proteção das mulheres, a promoção da igualdade de gênero e da igualdade cidadã, e a promoção da autonomia e do empoderamento das mulheres.

Trata-se de uma das cinco subsecretarias da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais² (SEDPAC-MG). Atualmente, a SPM-MG é liderada por Larissa Borges Amorim³ e se divide em duas Superintendências. A primeira delas é a Superintendência de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que congrega duas diretorias, a saber: a Diretoria de

¹ A SPM-MG foi criada no ano de 2015, no início do Governo de Fernando Pimentel, substituindo a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (CEPAM-MG), datada de 2007.

² A SEDPAC-MG possui cinco subsecretarias: Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial (SPIR-MG); Subsecretaria de Juventude (SUBJUV-MG); Subsecretaria de Participação Social (SUBPAS-MG); Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-MG); Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH-MG).

³ Quando da sua criação em 2015, a subsecretaria era Aurea Carolina de Freitas e Silva, que permaneceu no cargo por poucos meses. Larissa Borges Amorim assumiu o cargo em seguida, nele permanecendo desde então.

Inclusão das Mulheres e de Fortalecimento da Rede de Atendimento e a Diretoria de Acesso à Justiça. Já a segunda é a Superintendência de Políticas de Trabalho, Autonomia Econômica e Articulação Institucional, que se divide em duas diretorias, a Diretoria de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres e a Diretoria de Articulação Institucional.

Inicialmente, a intenção era abordar apenas as ações, os programas e as políticas voltadas para a promoção da autonomia e do empoderamento das mulheres. Porém, como será explicado com detalhes no Capítulo 1, a construção e a análise do *corpus documental* demonstrou que essa não seria uma boa opção. Ampliou-se, então, o escopo inicial do projeto, passando-se a abordar todas as atividades, ações, programas e políticas propostas e desenvolvidas pela SPM-MG, nos anos de 2015 e 2016.

O objetivo geral dessa monografia é o mapeamento e a análise do trabalho da SPM-MG, durante 2015 e 2016. No que tange aos objetivos específicos, esses consistem no levantamento de documentos que possam desvelar o trabalho da SPM-MG no período determinado, na sistematização dessa documentação levantada e na sua análise.

Esta monografia se justifica por pelo menos dois motivos. Primeiramente, o mapeamento e a análise das ações, programas e políticas desenvolvidas e propostas pela SPM-MG é algo que ainda não foi realizado pelo campo dos estudos de gênero e nem por outro campo de estudos. Além disso, tal mapeamento e análise podem ajudar o Governo do Estado a refletir sobre sua própria atuação, em uma área extremamente importante, a de criação e de desenvolvimento de políticas para as mulheres.

A grande defasagem de estudos sobre as políticas públicas para as mulheres no Brasil, seja em âmbito estadual ou municipal, pode ser facilmente constatada pela realização de levantamento bibliográfico. No reconhecido Portal Acadêmico SciELO, por exemplo, ao se buscar as palavras “Mulheres” e “Políticas Públicas” ou “Gênero” e “Políticas Públicas”, é encontrado um pequeno número de artigos: apenas 21. Deles, apenas três fazem referência às realidades estaduais ou municipais, já em seus títulos. São esses:

- Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas (COSTA, 2015);

- Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis (BRANDT, LAVARDA, LOZANO, 2017);
- “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? (CORCETTI, SOUZA, LORETO, 2018).

Ao se verificar o quão alarmante é a questão da violência contra as mulheres no Brasil, constata-se o quão necessário são as políticas para as mulheres nesse país, voltadas para o seu enfrentamento direto e indireto.

De acordo com o Caderno Marcha das Margaridas (LUNAS, 2015), a violência contra a mulher é qualquer conduta, ação ou omissão que obrigue a mulher a fazer algo, que a discrimine de alguma forma ou que a agrida pelo simples fato de ser mulher. A violência sexista é uma forte expressão da atual sociedade, já que, cotidianamente, os homens seriam mais valorizados do que as mulheres. Por isso, impacta de forma extremamente negativa na sociedade, com a redução do poder, da participação e dos direitos das mulheres, além da sua exclusão em políticas públicas, em ambientes sociais e em espaços políticos.

Segundo o Mapa da Violência 2013: Homicídios e a Juventude no Brasil (WAISELFIZS, 2013), constata-se que as mulheres com a idade entre 15 e 24 anos foram as principais vítimas de homicídio entre 2003 e 2013. Além disso, no ano de 2011, mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país, e desse total, a taxa de mulheres jovens foi de 7,1 por grupo de 100 mil, enquanto na população não jovem (abaixo de 15 anos e acima de 24 anos) esse índice foi de 4,1.

Já o estudo Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres (WAISELFIZS, 2015) revelou que no ano de 2013, 13 mulheres foram assassinadas por dia, havendo 4.762 mulheres assassinadas no país, apresentando a taxa de 4.8 homicídios para cada 100 mil mulheres. É ressaltado que, de acordo com conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), ao avaliar 83 países, o Brasil se configura como o quinto país do mundo com maior número de assassinatos de mulheres por dia.

Sendo assim, o trabalho é válido e importante, tanto da perspectiva acadêmica e do campo de estudos, quanto da perspectiva do próprio Governo de Minas Gerais.

1.2 Estrutura da monografia

Esta monografia conta com uma introdução, três capítulos e considerações finais.

Na Introdução são apresentados o projeto de pesquisa, o seu tema, o seu problema, os seus objetivos (geral e específicos) e as justificativas para a sua realização. Ademais, é apresentada a estrutura do texto da monografia.

Em seguida, no Capítulo 2, é explicado o embasamento teórico do trabalho e reconstruído o percurso metodológico da pesquisa, sendo descritos, inclusive, os percalços e desafios enfrentados ao longo da pesquisa.

Já no Capítulo 3, é feita uma apresentação do trabalho da SPM-MG entre 2015 e 2016, com base no corpus documental levantado e sistematizado.

No Capítulo 4, por sua vez, é realizado um esforço de análise, através da exploração de algumas hipóteses.

Por fim, as considerações finais englobam um resumo dos resultados alcançados, a apresentação da sua contribuição para o campo dos estudos de gênero e para o Governo do Estado de Minas Gerais, assim como de suas limitações e novas questões que surgem.

2. CAPÍTULO 1: O EMBASAMENTO TEÓRICO E O PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo descreve o embasamento teórico de pesquisa, definindo o que são as políticas públicas, o que são as políticas públicas para as mulheres e apresentando o histórico de políticas para as mulheres no Brasil e em Minas Gerais. Ademais, é relatado percurso metodológico da pesquisa, explicitando o processo de construção do *corpus documental*, o que inclui a apresentação dos percalços e desafios enfrentados durante o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Embasamento teórico

2.1.1 Definição de políticas públicas e de políticas públicas para as mulheres

De acordo com o módulo 1 do livro “Gestão de Políticas Públicas, Gênero e Raça” (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2010), as políticas públicas podem ser definidas como tudo aquilo que um governo (municipal, estadual ou federal) faz, no que diz respeito às leis e outras medidas reguladoras, decisões e ações.

As autoras afirmam que, no campo específico da política pública, foram desenvolvidos alguns modelos explicativos, com o intuito de entender o processo de formulação de políticas públicas. É destacado o modelo de Theodor Lowi, considerado o mais conhecido. Segundo esse modelo, as políticas públicas são divididas em quatro tipos: as políticas distributivas; as políticas regulatórias; as políticas redistributivas; e as políticas constitutivas. As distributivas são as políticas que o Governo realiza visando privilegiar um determinado grupo da sociedade; as redistributivas são consideradas universais, atingindo um maior número de pessoas; as regulatórias estabelecem padrões de comportamento para atores públicos e privados; e, por sua vez, as políticas constitutivas lidam com procedimentos e competências.

De acordo com o Portal Online SPM Brasil (BRASIL, 2010), as políticas públicas com recorte de gênero são as que reconhecem a diferença de gênero e implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres. É afirmado também que as políticas públicas para as mulheres resultam do processo de mobilização e

organização das próprias mulheres, sendo efetivadas, em esfera nacional, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil (SPM-BR) e, em esfera estadual e municipal, pelas subsecretarias e coordenadorias dos Estados e municípios.

As políticas para as mulheres, segundo o Portal Online SPM Brasil (BRASIL, 2010) são aquelas ações e programas de um governo – seja em âmbito federal, estadual ou municipal – que possuem um foco explícito nas mulheres, com o objetivo de vencer as desigualdades históricas de gênero e estabelecer condições para a construção de uma sociedade baseada na igualdade entre homens e mulheres. Observa-se as políticas com recorte de gênero são efetivadas prioritariamente pelos órgãos específicos, como por exemplo a SPM-MG, mas podem também ser efetivadas por outros órgãos de governo, como por exemplo as Secretarias de Saúde (SES) e a de Educação (SEE). Ressalta-se que, no âmbito do executivo federal, as políticas públicas para as mulheres são orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

2.1.2 Histórico das políticas públicas para as mulheres no Brasil

Faz-se necessário pontuar um breve histórico das políticas públicas para as mulheres no Brasil, que apresenta três principais fases, de acordo com Marta Farah (2004). A primeira teve início na década de 1980, com a redemocratização impulsionada pelo contexto mundial e pela forte atuação de movimentos de mulheres e feministas. A segunda fase, por sua vez, iniciou-se na década de 1990, com diversas mudanças e reformulações de agenda no país. Por fim, a terceira fase data dos anos 2000, marcada pela agenda de gênero do século XXI.

No que tange o início da primeira fase, Farah (2004) pontua as transformações nas relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, ocorridas desde o final dos anos de 1970, sob impacto da luta pela redemocratização. Há o surgimento de uma agenda de reforma, que passa pela democratização dos processos decisórios, ou seja, pela tentativa de ampliação do número de atores envolvidos nas decisões, e também pela democratização do acesso às políticas públicas, isto é, pelo aumento do número de beneficiários.

Farah (2004) observa que a problemática de gênero e a pauta das mulheres estiveram presentes nesse primeiro momento. Sendo que, a começar, a constituição das mulheres como sujeitos políticos teria se dado em torno de questões que

atingiam trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto, como, por exemplo, as questões dos baixos salários, do alto custo de vida e do acesso precário aos serviços públicos. Aos poucos, as mulheres teriam passado a questionar, além das desigualdades de classe, temas específicos à condição das mulheres, como, por exemplo, a violência contra as mulheres e a existência de creches para os seus filhos.

Nesse contexto, Farah (2004) identifica uma ligação entre a participação das mulheres em movimentos não-específicos e os movimentos feministas propriamente ditos, sabendo que eles possuem como meta mais ampla a transformação do lugar das mulheres na sociedade, superando as desigualdades entre homens e mulheres. Essa ligação, contribuiu para que a questão do gênero fosse incorporada na agenda pública, nos anos 1970, e que impactasse na década de 1980, com a implementação das primeiras políticas públicas com recorte de gênero. No ano de 1983, por exemplo, há a criação do Primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), em São Paulo, e, no ano de 1985, há a criação da Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), também no Estado de São Paulo.

Ainda relativo à década de 1980, Farah (2004) afirma que a Constituição de 1988 refletiu a mobilização das mulheres, que se organizaram em volta da bandeira Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher, e apresentaram propostas para o Congresso Constituinte, através da Carta das Mulheres Brasileiras (PITANGUY, 1987). Tal documento continha propostas das temáticas de saúde, família, trabalho, discriminação e violência.

Mesmo assim, a autora revela que a crise do Estado e de sua capacidade de investimento, em um cenário de globalização e reestruturação produtiva, geraram uma reformulação da agenda, que passou a ser voltada para a busca de eficiência, eficácia e efetividade da ação estatal. Essa nova agenda é marcada por uma permanente tensão com a democratização dos processos decisórios e do acesso aos serviços públicos. Isso quer dizer que houve uma constante disputa quanto à ênfase a ser dada aos polos. E, nesse contexto, a agenda de gênero, constituída nos anos 1970, e discriminada no fim dos anos 1980, também passa a ser mais complexa (FARAH, 2004).

A década de 1980, de acordo com Farah (2004), é marcada ainda por divergências importantes no interior do movimento feminista. Enquanto alguns

grupos entendiam que era necessário ocupar espaços governamentais, em um cenário de redefinição das políticas públicas, outros grupos acreditavam que a autonomia do movimento feminista deveria ser preservada. Assim, a posição refratária à participação no espaço governamental evoluiu para a constituição de organizações não governamentais, que passaram a desenvolver programas de gênero em áreas como saúde, educação, combate a violência e etc., e, mesmo que, organizações passaram a comunicar-se com o Estado e propor diretrizes para as políticas públicas.

Em relação à década de 1990, a autora pontua um fortalecimento da tendência de investimento na formulação de propostas de políticas públicas, passando o Estado a se constituir como espaço privilegiado na busca pela superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira. Essa tendência decorre do próprio processo de democratização, na medida em que ele abre portas para o desenvolvimento de políticas inclusivas. Vale destacar que, além da ênfase na inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, começa a se reivindicar a inclusão das mulheres entre os atores que participaram da formulação, da implementação e do controle das políticas públicas (FARAH, 2004).

Para a autora, outro ponto importante dos anos 1980 é a emergência da “feminização da pobreza”, como objeto de diversos estudos sobre a pobreza na América Latina. Nesse sentido, de acordo, por exemplo, com o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1996), fatores como a disparidade salarial entre homens e mulheres, o nível de desemprego feminino e a falta de garantias trabalhistas e de previdência social para as mulheres (que ocupam grande parte dos trabalhos informais) chamam atenção.

Com base nas ideias de “feminização da pobreza”, por um lado, organizações, como, por exemplo o Banco Mundial, passaram a recomendar a focalização de políticas de combate à pobreza nas mulheres. Essa proposta, conhecida como *Targeting Women*, baseia-se no argumento de que a focalização garantiria maior eficiência às políticas de combate à pobreza. Por outro lado, embasados nos estudos sobre a “feminização da pobreza”, entidades e movimentos

de mulheres, tanto no Brasil quanto em âmbito internacional⁴, passaram a defender que políticas de combate à pobreza devam ter as mulheres seus alvos prioritários. Dentre essas políticas específicas, destacam-se a criação de programas de apoio às mulheres, que envolvam o acesso à crédito e a geração de emprego e renda.

A tese “feminização da pobreza”, todavia, foi questionada por Lena Lavinas (1996), que acredita que a diferença de renda entre homens e mulheres das camadas pobres da população está diminuindo, com o tempo, no Brasil, ao passo que a diferença de renda entre mulheres ricas e pobres cresceu. Assim, a autora defende o reconhecimento das diferenças entre as próprias mulheres, propondo uma focalização dentro da focalização. Na verdade, na agenda de gênero, existem tensões.

Uma dessas tensões diz respeito a ênfase das políticas para as mulheres. A ênfase deve ser na eficiência e em uma espécie de “funcionalização” da mulher, vista como um instrumento de desenvolvimento pelo papel que desempenha na família? Ou a ênfase deve ser nos direitos das mulheres e na sua constituição como sujeitos?

Para melhor compreensão dessas duas vertentes, Lavinas (1996) observa que, na primeira, vê-se as mulheres a partir de sua função nas famílias, devendo as políticas públicas investirem nas mulheres pelo efeito multiplicador que essa ação tem sobre as famílias e sobre a sociedade. Um exemplo são os programas na área de saúde, com o enfoque no segmento materno-infantil. Já a segunda vertente, hegemônica na agenda dos movimentos feministas no Brasil, tem a sua base nos direitos, buscando garantir a ampliação do espaço de cidadania, estendendo os direitos das mulheres para os novos segmentos da população e incluindo esses segmentos na esfera do atendimento estatal. Um exemplo dessa vertente são as iniciativas na área de saúde que adotam a perspectiva de atenção integral.

Por fim, ainda segundo Farah (2004), a terceira fase apresenta a ideia de uma agenda de gênero para o século XXI. Essa agenda apresenta como base dois pilares: o primeiro é a plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995; e o segundo, as trajetórias dos movimentos feministas no Brasil, que englobam as alterações mais abrangentes na relação

⁴ Um exemplo disso foi a pauta estabelecida na Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, que defendeu que as políticas de combate à pobreza deviam ter as mulheres como seus alvos prioritários.

Estado–Sociedade, ocorridas no país, nas últimas décadas. É relatado que, nessa agenda, estão incluídas diversas diretrizes no campo das políticas públicas, como, por exemplo, os âmbitos da violência, da saúde, da educação e do trabalho, a saber:

- Âmbito da violência: a) criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo a atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e a criação de abrigos; b) formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas.
- Âmbito da saúde: a) implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) desenvolvendo-se ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher; b) Inclusão de cuidados com a saúde mental e ocupacional das mulheres e ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer e na área do planejamento familiar, superando a concentração dos programas exclusivamente na saúde materno-infantil.
- Âmbito da educação: a) garantia de acesso a todos; b) reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, buscando-se eliminar qualquer referência discriminatória às mulheres e aumentar a consciência acerca dos direitos das mulheres; c) formação de professores e professoras para a inclusão da perspectiva de gênero no processo educativo; d) extensão da rede de creches e pré-escolas.
- Âmbito da geração de emprego e renda: a) apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres; b) criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população, incrementando a renda familiar; c) inclusão de atividades voltadas para a população feminina, em programas de geração de emprego em renda, para a redução da pobreza; d) acesso à crédito para a criação ou continuidade de pequenos negócios e associações; e) incorporação da perspectiva de superação da divisão sexual do trabalho; f) garantia dos direitos trabalhistas; g) criação de programas de capacitação profissional; h) reconhecimento do valor do trabalho não remunerado, buscando-se minimizar a sua carga sobre a mulher, por meio, por exemplo, da criação de equipamentos sociais.

Além disso, a Agenda de Gênero para o Século XXI incluía a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública, de forma transversal. Relativo ao

âmbito do acesso ao poder político, empoderamento, determina a abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de modo a garantir que essas interfiram de maneira ativa na formulação e na implementação de políticas públicas. Ademais, busca criar condições de autonomia para as mulheres, de forma que essas pudessem decidir sobre suas próprias vidas, o que provoca mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que as mulheres estão inseridas. (FARAH, 2004)

2.1.3 Políticas públicas para as mulheres em minas gerais: pioneirismo e fatos marcantes

De acordo com o relatório (MINAS GERAIS, 2017), o Estado de Minas Gerais tem sido protagonista em políticas públicas para as mulheres, sendo referência e modelo para outros estados do país. Exemplos citados desse protagonismo são: a criação do Conselho Estadual da Mulher (CEM) em 1983, precedendo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que data de 1985; a inauguração da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher de Minas Gerais, em 1985, sendo a segunda dessa natureza criada do Brasil, e a primeira a atender em plantão de 24 horas; e a inauguração do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (NUDEM) da Defensoria Pública de Minas Gerais, no ano de 2005, uma referência no país.

Já no ano de 2007, por iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), foi criada a Promotoria da Mulher e o Governo do Estado inaugurou a Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres de Minas Gerais (CEPAM-MG), organismo institucional do executivo voltado para as políticas para as mulheres. No ano seguinte, foi criado o *Consórcio Mulheres das Gerais*, autarquia que envolve os municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sabará, em uma atuação em conjunto, no enfrentamento à violência contra as mulheres, inclusive, no que diz respeito ao custeio e à manutenção de serviços. Também em 2008, Minas Gerais firmou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulheres, e constituiu a sua Câmara Técnica. O Estado apresentou, nos termos do Pacto, o Projeto Integral Básico, contendo propostas e projetos para ampliar a rede de serviços, aparelhar e equipar os serviços existentes, realizar capacitação de atores e atrizes

que atuam na rede de serviços e realizar campanha para divulgação do Pacto, bem como da Lei Maria da Penha. (MINAS GERAIS, 2017).

Ademais, em 2009, o Estado de Minas Gerais foi o primeiro da América Latina a criar um presídio feminino somente para gestantes, o Centro de Referência da Gestante Privada de Liberdade (CRGPL), localizado na cidade de Vespasiano. O Centro apresenta a proposta mais vanguardista e humanitária do Brasil, em termos de acolhimento e ressocialização de mulheres em privação de liberdade grávidas, estando em perfeita sintonia com os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com os Tratados Internacionais dos quais o país é signatário e com a Constituição Federal (CF) de 1988 (MINAS GERAIS, 2017).

Enfim, não se pode deixar de mencionar, um importante marco de Minas Gerais foi a criação da SPM-MG em 2015, no Governo de Fernando Pimentel, cujo trabalho é abordado nesta monografia. Ressalta-se, aqui, que o Estado de Minas Gerais faz parte do grupo de estados brasileiros que possuem uma Secretaria ou subsecretaria especializada, dentre esses: Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), São Paulo (SP), Mato Grosso do Sul (MS), Rio de Janeiro (RJ), Goiás (GO), Distrito Federal (DF), Bahia (BA), Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL) e Sergipe (SE). (BRASIL, 2014)

2.2 Percurso metodológico

Para realização do levantamento documental, determinou-se três frentes de pesquisa e levantamento dos arquivos na própria SPM-MG. Primeiramente, solicitou-se, informalmente, documentos para as gestoras dessa subsecretaria e da SEDPAC, que selecionaram o que, em suas concepções, poderiam cooperar com o desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda frente, trabalhou-se na rede digital de arquivos da SPM-MG e da SEDPAC-MG. Uma vez que estágio obrigatório foi realizado na subsecretaria, entre agosto de 2017 e maio de 2018, o acesso aos documentos foi possível e facilitado. Nesse sentido, pontua-se que a pasta do sistema digital da SEDPAC-MG se divide em diversas pastas principais, sendo cada uma delas referente a uma subsecretaria distinta. Na realização do mapeamento da rede digital, constatou-se que duas

pastas apresentaram arquivos da SPM-MG: a Pasta SUBDH⁵ e a Pasta MULHER. Os títulos dos documentos em ambas as pastas serão apresentados, adiante, exatamente como se apresentavam originalmente na rede digital da SEDPAC-MG.

Finalmente, na terceira frente de pesquisa e levantamento documental, consultou-se a legislação mineira e aos Planos Plurianuais de Gestão Governamental de Minas Gerais (PPAG-MG), referente aos quadriênios de 2012 a 2015 e 2016 até 2019. Primeiramente, interessou-se o ato de criação da SEDPAC-MG, assinado pelo Governador Fernando Pimentel, em 2015, que criou a SPM-MG. Já no caso dos PPAG, buscou-se observar quais das ações e programas apresentavam, em seu objetivo, a realização de políticas públicas para as mulheres.

Uma vez realizado o levantamento do *corpus documental*, realizou-se a leitura de todos os documentos. Após a leitura, selecionou-se aqueles documentos que, de fato, eram interessantes para o desenvolvimento do trabalho. Em relação aos documentos desconsiderados, pode-se afirmar que foram lidos em sua integralidade e analisados, pois considerando o seu título, a sua fonte e a sua origem, acreditou-se que poderiam apresentar informações importantes. Porém, no momento de leitura e de análise, observou-se que esses documentos não apresentavam um conteúdo com informações relevantes para o trabalho, o que os levou a ser desconsiderados.

É importante ressaltar que, do número total de 66 documentos levantados e lidos, apenas nove foram selecionados⁶. Esses arquivos selecionados foram separados em três grupos, de acordo com sua natureza. O primeiro grupo congrega os relatórios ou memórias elaboradas pela SPM-MG; o segundo, os relatórios de gestão da SEDPAC-MG; e o terceiro foi composto por outros documentos, no caso aquele que oficializou a criação da SPM-MG e pelos PPAG.

O Quadro 1 também apresenta o *corpus documental* dessa monografia:

Quadro 1: *Corpus Documental*

Grupo	Título	Origem	Localização
Memória	SPM-MG – Relatório 2016 em construção	Rede digital SEDPAC-MG	Caminho único: Pasta 1: SUBDH

⁵ É importante ressaltar que os arquivos da pasta SUBDH também foram considerados, embora correspondessem a outra subsecretaria, a SUBDH-MG, pois existiam arquivos desenvolvidos pela SPM-MG dentro dessa.

⁶ A descrição detalhada de cada um dos nove documentos que compõe o *corpus documental* é o Anexo 1. Já a listagem dos documentos desconsiderados constitui o Anexo 2.

	(SPM-MG, 2016)		Pasta 2: Secretaria de Política para as Mulheres Pasta 3: Relatório 2016
	Relatório 2016 (SPM-MG, 2017)	Rede digital SEDPAC-MG	Caminho único: Pasta 1: MULHER Pasta 2: COMUNICAÇÃO
	MEMÓRIA SPM-MG 2015 ATUALIZADA (SPM-MG, 2016)	Rede digital SEDPAC-MG	Caminho único: Pasta 1: MULHER Pasta 2: COMUNICAÇÃO Pasta 3: MEMÓRIA SPM 2015
	SPM MG – Relatório 2016 Versão Final (SPM-MG, 2017)	Rede digital SEDPAC-MG	Pasta 1: MULHER Pasta 2: Março_ Mobilização_ 2016
2 Relatórios de Gestão	Relatório da Gestão da SEDPAC (SEDPAC, 2015)	Gestora da SEDPAC-MG	Não se aplica.
	Relatório da Gestão da SEDPAC (SEDPAC, 2016)		
3 Outros documentos	Lei de Criação da SPM-MG (2015)	Portal da ALMG	Portal ALMG www.almg.gov.br
	PPAG (2012 a 2015)		
	PPAG (2016 a 2019)		

Fonte: Quadro de elaboração própria.

3. CAPÍTULO 2: O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE MINAS GERAIS (SPM-MG) (2015-2016)

Neste capítulo, é apresentada uma sistematização das informações contidas nos diversos documentos que compõe o *corpus documental*. Para tanto, criou-se gráficos e quadros, contendo todo o trabalho desenvolvido pela SPM-MG, nos anos de 2015 e 2016, que pode ser identificado no momento de garimpo e análise documental.

3.1 Atividades e ações da SPM-MG em 2015 e 2016

Com o objetivo de identificar e analisar as atividades, as ações, os programas e as políticas desenvolvidos pela SPM-MG nos anos de 2015 e 2016⁷, construiu-se um inventário. Mas o que é um inventário? Um inventário é uma lista pormenorizada sem classificação ou juízo de valor (AMORIM, 2012)

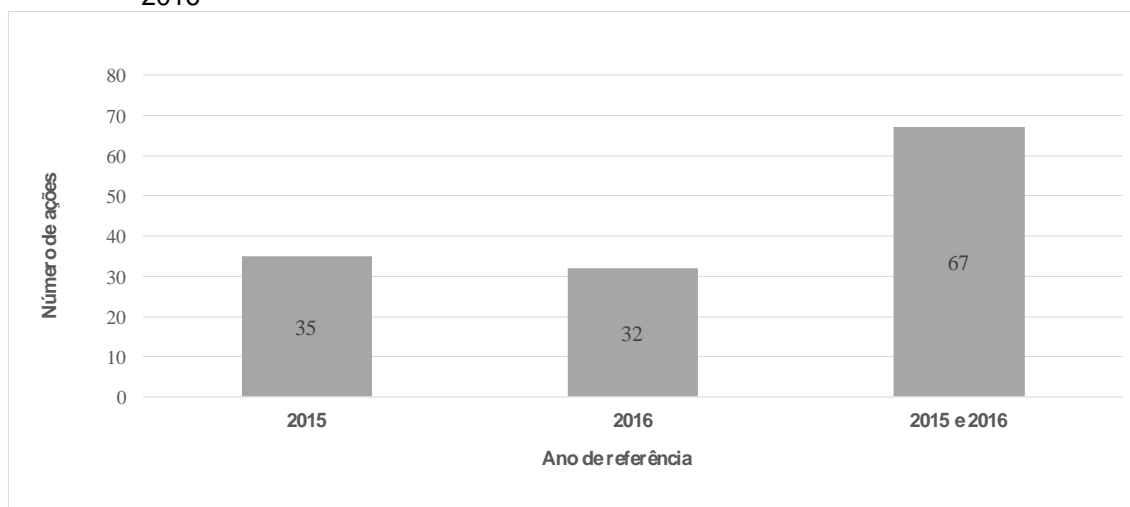
O inventário construído inclui todo o trabalho desenvolvido pela SPM-MG que foi possível identificar nos documentos que compõem *corpus documental*. Todavia, há informações que podem não ter deixado rastro na documentação, por falta ou falha de registro, e, por isso, não foram consideradas. Todo levantamento, vale lembrar, é passível de falhas, e algumas informações podem não ter sido recuperadas. De toda forma, essa listagem é a mais extensa e exaustiva que se conseguiu realizar e de que se tem notícia.

De acordo com tal inventário, que inclui, sempre que possível, o ano de desenvolvimento, o título, a descrição, o eixo responsável, o público alvo, o local de realização e os parceiros⁸ de todo o trabalho que a SPM-MG desenvolveu, entre 2015 e 2016, tem-se um total de 67 atividades. Essas se distribuem da seguinte maneira: 35 foram realizadas no ano de 2015 e 32 no ano de 2016. O Gráfico 1 ajuda na apreensão desses números.

⁷ Como a SPM-MG foi criada em 2015 e o levantamento documental foi realizado em 2017, o recorte temporal da pesquisa se restringe aos anos de 2015 e 2016.

⁸ Pretendia-se recolher todas essas informações, porém, infelizmente, a documentação contava com excessivas lacunas.

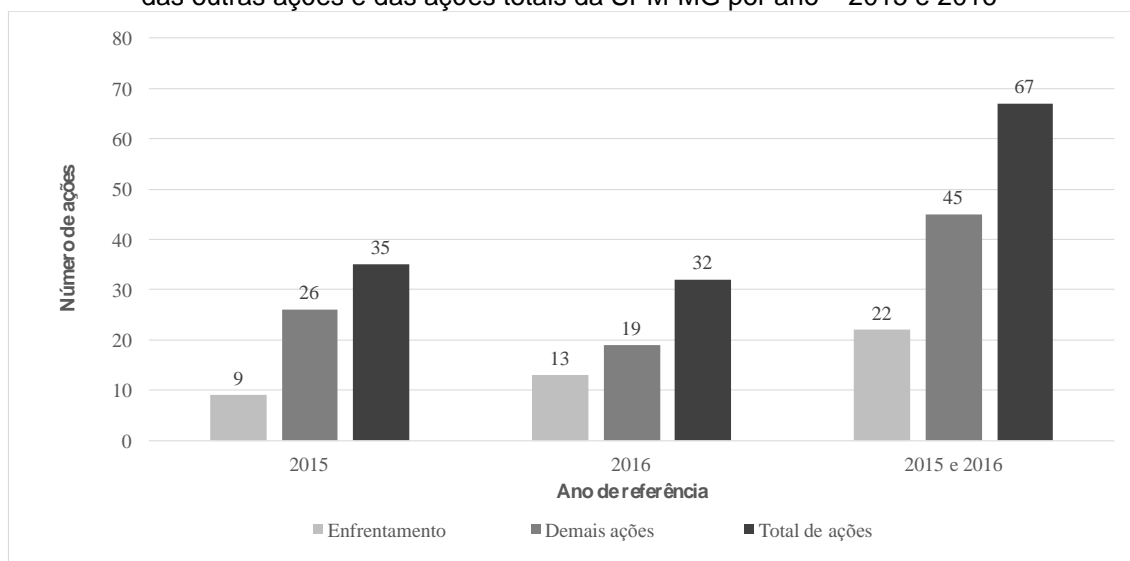
Gráfico 1 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações da SPM-MG por ano – 2015 e 2016



Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Gráfico de elaboração própria.

Como será mostrado a seguir, das 67 atividades e ações desenvolvidas, 22, ou seja, quase um terço, são voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres, estando elas, por sua vez, distribuídas da seguinte maneira ao longo dos anos: 9 em 2015 e 13 em 2016. O Gráfico 2 retoma as informações apresentadas no Gráfico 1, procurando destacar a quantidade de ações de enfrentamento à violência contra as mulheres identificada por ano.

Gráfico 2 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações de enfrentamento à violência, das outras ações e das ações totais da SPM-MG por ano – 2015 e 2016



Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Gráfico de elaboração própria.

O Quadro 2 apresenta, por ano, todas as 22 ações da SPM-MG focadas no enfrentamento à violência contra as mulheres desenvolvidas em 2015 e 2016.

Quadro 2 – Atividades e ações⁹ para cá da SPM-MG de enfrentamento à violência contra as mulheres por ano – 2015 e 2016

2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Ações de Fortalecimento da Rede de Atendimento as mulheres Vítimas de Violência”: realização do Seminário “Atendimento em Rede e Autonomia Econômica das Mulheres Vítimas de Violência” e planejamento de curso EAD em “Gênero e Políticas Públicas”¹⁰. 2. “Apoio na criação de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Varginha”: realização de palestra e orientação para criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Varginha. 3. “Execução do Convênio nº 115/2012”: definição de cinco metas principais, sendo essas: 1. Reparcelamento dos Centros de Referência; 2. Reparcelamento das DEAMs; 3. Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual; 4. Campanha de Divulgação do Pacto e de combate à violência contra a mulher; 5. Assessoria e Consultoria para elaboração dos projetos do Plano Estadual. 4. “Execução do Convênio nº 137/2011”: definição de três novas metas a serem objetivadas, sendo essas: a qualificação de mulheres em privação de liberdade nas temáticas de gênero e raça; a capacitação para o trabalho na perspectiva de empoderamento e autonomia dessas mulheres; e diagnóstico da rede. 5. “Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas”: discussão e proteção das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, respeitando a diversidade das vivências não urbanas no estado. 6. “Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”: repactuação do Pacto de Enfrentamento à violência; e acompanhamento da implantação da Casa da Mulher Brasileira. 7. “Promoção da Mesa Redonda: Mulheres em Privação de Liberdade”: evento em alusão à Campanha de 16 dias de Ativismo pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em prol do empoderamento da mulher de forma integral e multidimensional, favorecendo a integração de esforços junto aos órgãos do Sistema de Defesa Social, Sistema de Justiça Criminal, Políticas Públicas de Proteção Social e Direitos Humanos, visando à construção da Política Estadual de Atenção à Mulher em Situação de Privação de Liberdade e Egressa. 8. “Realização da Conferência Livre de Mulheres na PIEP”: Elaboração e execução do Projeto da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. 9. “Siga Bem Caminhoneiro”: participação junto a equipe de enfrentamento à violência no
------	---

⁹ Não foi possível localizar, no corpus documental, programas e políticas. Por isso esses não constam nos quadros, apenas atividades e ações.

¹⁰ Todos os títulos das atividades desse e dos demais quadros que seguem equivalem àqueles da documentação consultada.

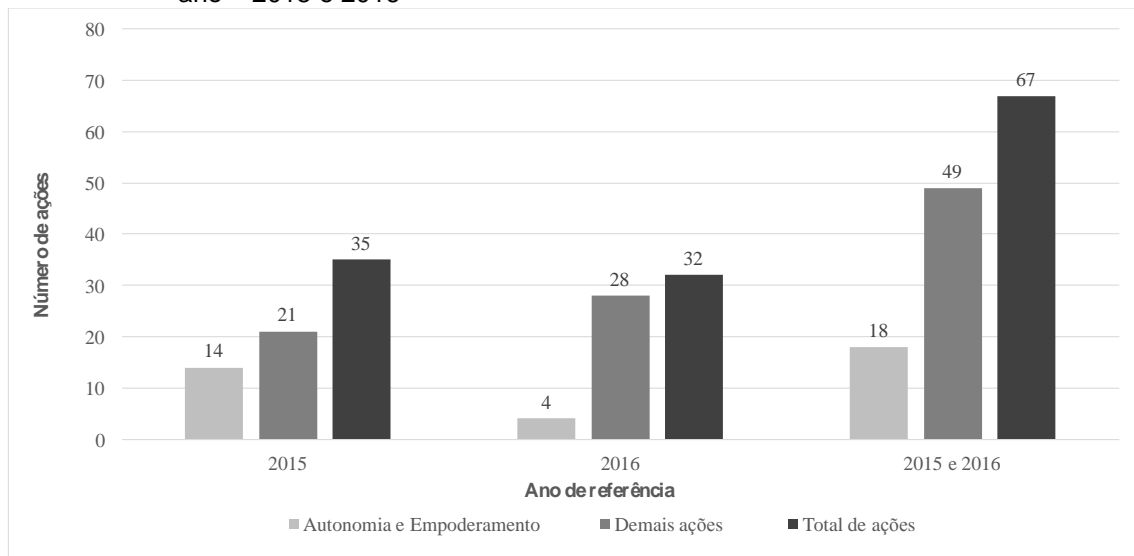
	evento Siga Bem Caminhoneiro.
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Assinatura do Termo de Sessão do Uso do Imóvel que abrigará o Centro de Referência para as Mulheres Casa Tina Martins": assinar o Termo de Sessão da Casa Tina Martins. 2. "Participação na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres": a SPM-MG apresentou o Centro Risoleta Neves de Atendimento (CERNA). 3. "Participação no evento Múltiplos Olhares sobre as Violências Contra as Mulheres realizado pela Guarda Municipal de Contagem": instituir na cidade de Contagem um fluxo ideal para o atendimento em todos os serviços que atendem as demandas de violência doméstica, familiar e sexual contra as mulheres. 4. "Participação no II Encontro do Fórum Nacional de Gestoras de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs)": debater acerca das ações nacionais para a proteção e inclusão das mulheres e meninas; Discutir a sistemática e a estruturação do Fórum Nacional de OPMs e propor a Carta de Minas. 5. "Participação no Simpósio Os novos avanços da Perícia Criminal no enfrentamento a violência sexual e a Lei 13.239/2015": discutir com profissionais da justiça e da saúde com policiais e servidores da rede de atendimento e enfrentamento a violência as temáticas da perícia criminal e o protocolo de atendimento humanizado. 6. "Promoção do Workshop O enfrentamento à violência sexual e a cultura do estupro": workshop realizado em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais; Delegacia Especializada no Combate a Violência Sexual; Fundação João Pinheiro e Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais. 7. "Realização de videoconferência com o tema O enfrentamento à violência sexual e a atuação em rede": a videoconferência possuiu o objetivo de qualificação do atendimento à pessoa em situação de violência sexual. 8. "Reunião": discutir a criação do protocolo de atendimento da Rede de Enfrentamento. 9. "Rodas de Conversa promovidas pela SPM-MG": discutir a respeito do atendimento e do encaminhamento da mulher em situação de violência; ressaltar e discorrer a respeito dos 10 anos da Lei Maria da Penha; envolver, mobilizar e sensibilizar os homens pelo fim da violência contra a mulher. 10. "Seminário de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher": realizado em Mariana, o seminário objetivava ressaltar a importância da notificação da saúde nos atendimentos às mulheres vítimas de violência; e capacitar agentes de saúde no enfrentamento da violência contra a mulher. 11. "Seminário Mais Mulheres no Poder": realizado em Virgem da Lapa, o seminário objetivava discutir a respeito da violência de gênero na atualidade; as dificuldades e avanços das políticas para as mulheres; e o empoderamento das mulheres nas políticas públicas. 12. "Visitas das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência": as visitas foram realizadas nas Comunidade Quilombolas de Três Barras (Conceição do

	<p>Mato Dentro; Chacrinha (Belo Vale); Açude (Jaboticatubas); Pontinha (Paraopeba); Marinheiros (Brumadinho); e Cachoeira dos Forros (Passatempo).</p> <p>13. Ação número 4049, “Enfrentamento à violência Contra a Mulher”: presente no PPAG de 2016-2019, a ação busca promover ações com o intuito de barrar qualquer forma de violência contra mulheres da cidade e do campo.</p>
--	---

Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Quadro de elaboração própria.

Como será mostrado a seguir, das 67 atividades e ações desenvolvidas, 18, ou seja, mais de um quarto, são voltadas para a promoção da autonomia e o empoderamento de mulheres, estando elas, por sua vez, distribuídas da seguinte maneira ao longo dos anos: 14 em 2015 e 4 em 2016. O Gráfico 3 retoma as informações apresentadas no Gráfico 1, procurando destacar a quantidade de ações de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres identificada por ano.

Gráfico 3 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres, das outras ações e das ações totais da SPM-MG por ano – 2015 e 2016



Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Gráfico de elaboração própria.

O Quadro 3 apresenta, por ano, todas as 18 ações da SPM-MG focadas na promoção da autonomia e empoderamento de mulheres desenvolvidas em 2015 e 2016.

Quadro 3 – Atividades e ações da SPM-MG de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres por ano – 2015 e 2016

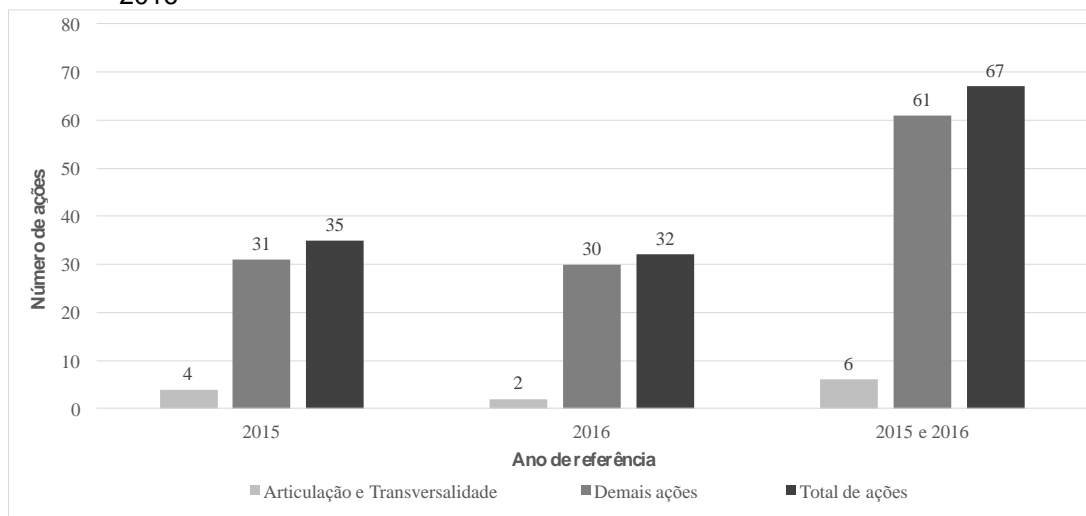
2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. "Atendimento em Rede e a Autonomia das Mulheres Vítimas de Violência": coordenação de Mesa e Palestra no Seminário "O Atendimento em Rede e a Autonomia das Mulheres Vítimas de Violência" sobre Autonomia Econômica das Mulheres na Fundação João Pinheiro. 2. "Ciclo de debates: MAIS MULHERES NA POLÍTICA E NOS ESPAÇOS DE PODER": representação da SPM-MG e condução de debates nos Ciclos de debates, promovidos em parceria com a Assembleia Legislativa, nos municípios de Mantena, Uberlândia, Ibitiré, Teófilo Otoni, São João Del Rey e Virgem da Lapa. 3. "Condução do Curso de Direitos Humanos promovido pela SEDPAC, sobre a luta e direitos das mulheres": palestra sobre Políticas Públicas para as Mulheres ministrada durante o Curso de Direitos Humanos pela Superintendente para o conjunto de servidoras e servidores da SEDPAC. 4. "Conferências Municipais - palestras e articulações": representação da SPM- MG e execução de debates e palestras no âmbito das Conferências Municipais e Intermunicipais nas diferentes regiões do Estado. 5. "Entrevista na Rede Minas de Televisão": participação no Programa da Rede Minas de Televisão sobre Autonomia Econômica das Mulheres no mês de maio 6. "Lançamento da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres": realização e participação no evento de Lançamento da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. 7. "Participação na Audiência de Articulação com as Mulheres do Campo": apresentação da proposta da SUAT, na Audiência com as Mulheres do Campo para discussão das demandas para o Governo. 8. "Participação na Audiência Pública – Orçamento Mulher": participação na audiência pública conjunta para debater o chamado "Orçamento Mulher" em Minas Gerais. 9. "Participação na Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres": participação e representação da SPM-MG na Comissão Organizadora da Conferência com reuniões semanais e organização dos processos, bem como coordenação de grupos de discussão. 10. "Projeto – Economia Criativa": articulação com o SEBRAE de processos formativos para a construção da autonomia e do empreendedorismo para jovens. Os cursos ocorrerão em 2016 em 8 cidades polos. 11. "Readequação dos Planos de Trabalho dos convênios 170 e 174": articulação com a SPM-PR para readequação dos planos de trabalho dos convênios herdados da gestão passada com reformulação dos cursos e dos públicos alvo. 12. "Representação da SPM no 6º Fórum de Mulheres do Vale do Jequitinhonha": representação da SPM e condução de seminário durante o 6º Fórum de Mulheres do Vale do Jequitinhonha, realizado entre os dias 26 e 30 de maio. 13. "Seminário – Autonomia Econômica com Tatau Godinho": realização de formação da
------	---

	<p>equipe no âmbito da autonomia econômica com a Secretária de Autonomia Econômica da SPM-PR.</p> <p>14. “SEMINÁRIO: OPMs – Organismos de Políticas para Mulheres em MG - Gestão pública e participação social”: realização de campanha, seminário e capacitações para a instalação dos Conselhos e OPMs nos municípios mineiros, em consonância com o governo federal.</p>
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Atuação como parceira no Programa do Governo Federal Pro Equidade de Gênero e Raça em Minas Gerais”: difundir novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional; combater as dinâmicas de discriminação e de desigualdade de gênero e raça praticadas no ambiente de trabalho; 2. “Ministrar aula inaugural do Projeto 2 Chance”: o Projeto 2 Chance foi voltado para as mulheres em privação de liberdade que realizaram a prova do ENEM no ano de 2016. O conteúdo ministrado pela SPM-MG incluiu a diversidade sexual, os 10 anos da Lei Maria da Penha, a migração e o refúgio e a temática de gênero e inclusão econômica. 3. “Participação no Projeto Cozinha Inteligente”: a participação da SPM-MG possuiu o objetivo de viabilizar vagas no curso de cozinha inteligente promovido pelo Servas e Sistema S para mulheres egressas do Complexo Penitenciário Estevão Pinho (PIEP). 4. Ação número 4125, “Promoção da Autonomia das Mulheres”: presente no PPAG 2016-2019, a ação objetiva promover ações que assegurem a promoção dos direitos humanos bem como garantir a autonomia das mulheres da cidade e do campo.

Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Quadro de elaboração própria.

Como será mostrado a seguir, das 67 atividades e ações desenvolvidas, 6 são voltadas para a articulação e transversalidade, estando elas, por sua vez, distribuídas da seguinte maneira ao longo dos anos: 4 em 2015 e 2 em 2016.

Gráfico 4 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações de articulação e transversalidade, das outras ações e das ações totais da SPM-MG por ano – 2015 e 2016



Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Gráfico de elaboração própria.

O Quadro 4 apresenta, por ano, todas as 6 ações da SPM-MG de articulação e de transversalidade desenvolvidas em 2015 e 2016.

Quadro 4 – Atividades e ações da SPM-MG de articulação e transversalidade por ano – 2015 e 2016

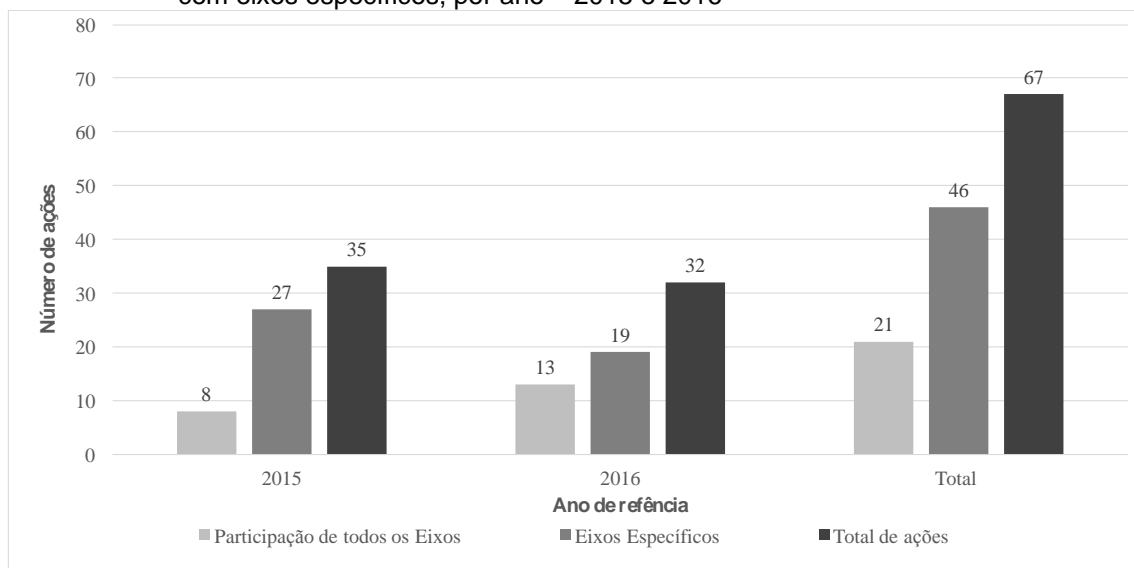
2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Capacitações – Videoconferência de Políticas para as Mulheres”: as Videoconferências de Políticas para as Mulheres buscaram estimular e orientar os municípios para a construção das Conferências Municipais e Intermunicipais, além de instituir uma primeira conexão com todos os territórios. 2. “Fóruns Regionais: palestras e articulações”: representação da SPM-MG, articulação da participação dos movimentos de mulheres e condução de palestras e nos Fóruns Regionais em 10 territórios de desenvolvimento do estado nas três rodadas, incentivando o protagonismo das lideranças femininas e composição nas COMPLETES. 3. “Outubro Rosa Unificado”: dialogar com a Secretaria Estadual de Saúde e demais secretarias de governo para a interseccionalidade das pautas das mulheres nas políticas públicas e campanha do Outubro Rosa no Estado. 4. “Participação nos Grupos de Trabalho da 4ª CEPM”: participação dos Grupos de Trabalho da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres referentes ao tema Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica para as Mulheres e Direitos Sexuais e reprodutivos como coordenação e facilitação dos eixos.
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Participação em audiência pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”: participar junto à vários movimentos sociais para discutir as estatísticas de violência contra as mulheres negras e as medidas para solucionar esse problema social. 2. “Participação nas reuniões do comitê Interinstitucional de Articulação e Monitoramento

das Políticas para as Mulheres de Minas Gerais”: mapear, articular e subsidiar periodicamente as políticas públicas para as mulheres no Estado de Minas Gerais; Contribuir para a efetivação das transversalidades e da multisetorialidade visando a promoção e incorporação da igualdade de gênero como valor institucional do Estado.

Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Quadro de elaboração própria.

Como será mostrado a seguir, das 67 atividades e ações desenvolvidas, 21, ou seja, quase um terço, foram desenvolvidas em conjunto por todos os eixos da SPM-MG, estando elas, por sua vez, distribuídas da seguinte maneira ao longo dos anos: 8 em 2015 e 13 em 2016.

Gráfico 5 – Distribuição em números absolutos das atividades e ações da SPM-MG com a participação de todos os seus eixos da SPM-MG em relação a todas as demais ações com eixos específicos, por ano – 2015 e 2016



Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Gráfico de elaboração própria.

O Quadro 5 apresenta, por ano, todas as 21 demais atividades e ações da SPM-MG identificadas que possuem foco difuso. Destaca-se que essas ações são de responsabilidade de todos os eixos da SPM-MG, e ocorreram nos anos de 2015 e 2016.

2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Articulações e Parcerias realizadas pela SPM-MG”: dialogo com vários órgãos e secretarias de governo para fortalecimento das políticas públicas para as mulheres através de ações realizadas em parceria com a SPM. 2. “Incentivo às empresas – Pró-equidade de Gênero e Raça”: em consonância com o governo federal, disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade no mundo do trabalho nas empresas públicas e privadas de médio e grande porte do estado para incentivar à adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. 3. “Participação no Prêmio de Direitos Humanos”: participação no Prêmio de Direitos Humanos, articulando com prefeitas/os e vereadoras/es para implementação de políticas públicas para as mulheres, OPMs e Conselhos nos municípios. 4. “Participação nos processos de formação da Fundação João Pinheiro”: participação nos processos de formação da Fundação João Pinheiro sobre Gênero, Políticas Públicas e Planejamento. 5. “Projeto CONE(X)CIDADES: NAS TRILHAS DAS MINAS”: propõe uma conexão permanente com todas as cidades e regiões do estado com o propósito de conhecer suas realidades e especificidades, suas memórias e identidades, suas estratégias de diálogos para articular ações e intervenções que contribuam para a construção da autonomia econômica das mulheres e a desconstrução das desigualdades de gênero. 6. “Projeto Dê uma rasteira no machismo”: articulação com a Rede TV Minas para inserção de campanhas permanentes na sua programação cultural em conexão com o projeto Cone(x)cidades, focando, principalmente a interprogramação. 7. “Realização de palestra e orientação para criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Varginha”: representação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Grupo de Estudos Estado, Gênero e Diversidade, para discutir gestão e políticas públicas. 8. Ação número 4208, “Viva Vida – atenção às gestantes e crianças”: a ação se iniciou em 2012 e está contida no PPAG 2012-2015. Foi desenvolvida em uma parceria da SES com a CEPAM-MG, (anterior à SPM-MG), possuindo a finalidade de promover a saúde da mulher e da criança, buscando reduzir a mortalidade materna e infantil, assegurar o atendimento universal, integral, humanizado e especializado ao público alvo.
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Apresentação teatral na Cidade Administrativa de Minas Gerais”: pautar o machismo, a violência e o assédio sexual e moral; a parceria foi desenvolvida com os atores voluntários da Escola de Belas Artes da UFMG. 2. “Campanha Gerais por todas as Minas”: quase 500 cidades mineiras discutiram os direitos das mulheres. 3. “Criação e Promoção de capacitações por meio de vídeo conferências sobre políticas para as mulheres”: vídeo conferências temáticas, com numero variável de participantes.

4. “Inauguração do Espaço Cidade para todas”: o Espaço Cidade para Todas, localizado na Cidade Administrativa, possui o objetivo de acolher as mulheres e induzi-las a refletir sobre os seus lugares e compartilhar as suas demandas; empoderar as mulheres criando um sentimento de união de fortalecimento; discutir sobre as diversas demandas das mulheres da cidade administrativa de Minas Gerais – que representam 70% do total de servidores da Cidade Administrativa de Minas Gerais.
5. “Participação de videoconferências com a temática: Políticas Públicas e a Rede de Atendimento para Mulheres”: tratar sobre as várias temáticas que englobam as mulheres, como violência, luta por direitos e o SUAS.
6. “Participação do Cine Mineiro Direitos Humanos com a temática Mulher e trabalho”: exibição dos filmes “Mulheres invisíveis e o mundo de trabalho”, seguidos de comentários, debates e apresentação de gráficos, estatísticas do IPEA e IBGE sobre a vida das mulheres.
7. “Participação em quatro edições do Programa Mulheres (Rede Minas) “: Realizar discussões a respeito das temáticas mulheres indígenas, mulheres idosas, mulheres circenses e mulheres Afrolatinasamericanas e caribenhas; abordar arte política, diversidade cultural e construção da imagem e do papel social da mulher.
8. “Participação na oficina Orçamento Mulher”: capacitar a equipe interna para identificar as ações governamentais expressas no orçamento que estejam ligadas a questão da mulher; habilitar a equipe interna a propor programas e ações voltadas as mulheres que possam ser incluídas no orçamento das secretarias.
9. “Promoção de palestra no Centro ZANMI”: palestrar para mulheres imigrantes, refugiadas, abordando questões de gênero, violência e legislação vigente no Brasil.
10. “Promoção do Workshop - Alinhando discursos e praticas para o mês das mulheres em Minas Gerais”: orientar e sugerir atividades para os servidores na Cidade Administrativa de Minas Gerais no mês de março; levantar pautas prioritárias para a mulheres mineiras oferecendo um novo olhar para os gestores de RH e acessória de imprensa quanto as demandas atuais das mulheres.
11. “Realização da videoconferência sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha”: ressaltar os avanços e desafios dos 10 anos da Lei Maria da Penha.
12. “Realização de atividades esportivas em Unidades Prisionais Femininas (BICAS 2 e ABRANCHES)”: considerar as diretrizes de fomento ao esporte nas unidades prisionais femininas como elemento de humanização, promoção da saúde e redução do uso excessivo de medicação.
13. “Realização do Seminário Orçamento Mulher”: discussão do instrumento que permite monitorar o conjunto das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual que atendem direta ou indiretamente as necessidades específicas das mulheres e que impactam as relações de gênero e raça.

Fonte: Dados da SEDPAC-MG e da SPM-MG. Quadro de elaboração própria.

3.2 Esforço de análise do trabalho da SPM-MG em 2015 e 2016

Após apresentação dos gráficos e quadros acima, faz-se necessário ressaltar, primeiramente, que o carro chefe da subsecretaria parece ser o enfrentamento à violência contra e as mulheres. No que tange a importância desse eixo, pode-se perceber que, do total de 67 atividades e ações, 22 são desse eixo, ou seja, quase um terço do valor total, dividindo-se as demais entre as categorias restantes (autonomia e empoderamento, articulação e transversalidade e todos os eixos). Essa importância pode ser também percebida quando se analisa o organograma da subsecretaria, que conta com uma superintendência especialmente voltada para a questão, sendo que cinco dos seus 13 funcionários, trabalham na Superintendência de Enfrentamento à Violência contra A Mulher.

Em seguida, observa-se o papel do eixo de promoção da autonomia e empoderamento das mulheres, que apresenta 18 atividades e ações, mais do que um quarto do valor total. É válido ressaltar que uma mulher dependente financeiramente do parceiro ou de outrem tem menos condições de sair de um ciclo de violência doméstica, como visto anteriormente no Capítulo 1. Dessa forma, indiretamente, também pode-se afirmar que essa é uma frente importante para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

As 67 atividades e ações da SPM-MG citadas nos quadros 2, 3, 4 e 5 acima também se diferenciam em outras cinco categorias, que se subdividem em função de sua natureza, a saber: organização de evento; participação em evento; institucionalização da política; articulação e gestão financeira-orçamentária.

Primeiramente, observa-se que a maior parte das atividades dizem respeito à organização de eventos, sendo essas 25 no total, ou seja, quase um terço das ações. Desse total, nove ações são de enfrentamento à violência, sete de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres, uma de articulação e transversalidade e oito ações são de realização por todos os eixos da SPM-MG.

Também numericamente expressiva, a categoria de participação em eventos representa 21 das ações da SPM-MG em 2015 e 2016, sendo cinco de enfrentamento à violência, sete de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres, quatro de articulação e transversalidade e cinco de realização por todos os eixos da SPM-MG.

Observa-se que, diversas ações de organização de evento ou participação em eventos, apresentam também um caráter de formação. Exemplos disso são as ações Condução do Curso de Direitos Humanos promovido pela SEDPAC, sobre a luta e direitos das mulheres, desenvolvida pela SPM-MG, que capacitou as pessoas que participaram do curso, e Participação nos processos de formação da Fundação João Pinheiro, em que a SPM-MG participou dos processos de formação da Fundação João Pinheiro sobre gênero, políticas públicas e planejamento.

Constata-se, dessa forma, o quanto o trabalho da SPM-MG se restringe à organização de eventos e à participação em eventos, uma vez que, de uma totalidade de 67 ações, 25 são de organização e 21 são de participação, ou seja, somam-se quase dois terços das ações. Uma hipótese que será apresentada no capítulo seguinte, é a de que essa limitação e restrição de funções da SPM-MG pode ser um sintoma da limitação de pessoal e orçamentário-financeira enfrentada pela subsecretaria.

Ademais, observa-se que, dentre as 67 ações desenvolvidas pela SPM-MG em 2015 e 2016, há um total de 12 ações de institucionalização da política, sendo seis de enfrentamento à violência, uma de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres e quatro de realização por todos os eixos da SPM-MG, não havendo nenhuma ação de articulação e transversalidade. Mesmo assim, é importante ressaltar que não há nenhuma atividade que diga respeito, por exemplo, à criação e implantação de centro de atendimento às mulheres.

Já no que tange as ações de gestão financeira-orçamentária, observa-se um total de três, dentre as 67 ações desenvolvidas pela SPM-MG, sendo duas de enfrentamento à violência (Execução do Convênio nº 115/2012 e Execução do Convênio nº 137/2011) e uma de promoção da autonomia e empoderamento de mulheres (Readequação dos Planos de Trabalho dos convênios 170 e 174), não havendo nenhuma ação no eixo de articulação e transversalidade ou realizada por todos os eixos.

Por fim, dentre as 67 ações desenvolvidas pela SPM-MG em 2015 e 2016, observa-se um total de seis de ações de parcerias, sendo uma ação no eixo de articulação e empoderamento, uma de articulação e transversalidade e quatro desenvolvidas por todos os eixos, não havendo ações de enfrentamento a violência.

Como dito anteriormente, faz-se necessário analisar importantes aspectos que corroboram com o atual quadro da SPM-MG, que apresenta limite de orçamentário-financeiro e de pessoal. É importante se verificar o orçamento disponível pela subsecretaria, o perfil predominante da equipe e o atual investimento em transversalidade por parte da SPM-MG, como estratégia e, também, como consequência da falta de recursos e de pessoal para fazer a política acontecer.

4. CAPÍTULO 3: A SPM-MG ENTRE DIFICULDADES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Este capítulo apresenta uma tentativa de análise do que foi observado no *corpus documental*. Ademais, hipóteses analíticas são elaboradas, podendo elas ser exploradas em futuros trabalhos acadêmicos.

Na elaboração da monografia, diversos problemas foram constatados. Primeiramente, no momento de construção do *corpus documental*, houve grande dificuldade de se encontrar arquivos e documentos organizados na rede digital da SEDPAC-MG e SPM-MG. Em seguida, houve também grande dificuldade na identificação de ações, atividades, programas e políticas da SPM-MG devidamente registradas e especificadas na documentação levantada. Além disso, chamou atenção o fato dos PPAG 2012-2015 e 2016-2019 não abarcar todo o trabalho desenvolvido pela SPM-MG.

Assim, inúmeros questionamentos surgiram: porque o trabalho da SPM-MG não foi devidamente registrado pela subsecretaria? Porque há problemas na especificação e na identificação de cada atividade e do seu conjunto? Porque o PPAG não reflete a totalidade do trabalho desenvolvido? Como seria possível mudar e melhorar todos os cenários problemáticos?

4.1 Limitação de pessoal e orçamentária da SPM-MG

Algo que precisa ser desvelado é o quadro orçamentário e financeiro da SPM-MG, que envolve o quadro de pessoal, considerando que a sua limitação parece ajudar a explicar a realidade da subsecretaria observada.

Afim de se constatar com clareza a limitação orçamentário-financeira da SPM-MG, observou-se os dois principais pilares de custos em um órgão de governo: o pessoal (funcionários, servidores e trabalhadores) e a execução orçamentária (ações, atividades, políticas públicas e programas desenvolvidos no órgão). Consultou-se, no Portal da Transparência de Minas Gerais (MINAS GERAIS, [20--]), a folha de pessoal da SPM-MG e, nos PPAG de 2012-2015 e 2016-2019, o orçamento de cada ação registrada e executada pela subsecretaria.

Primeiramente, no que tange à pesquisa realizada no Portal Transparência de Minas Gerais, constatou-se que a SPM-MG possui, atualmente, 13 servidores, um número muito pequeno¹¹. Desses 13 servidores, observa-se que os seus cargos e/ou funções são: um servidor é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) três servidores são Assistentes de Gestão e Políticas Públicas (AGPP), três servidores são do CEM, e seis servidoras possuem cargos comissionados, sendo três diretoras, duas superintendentes e uma subsecretaria.

Assim, pode-se perceber com clareza que o número de funcionários com que a SPM-MG conta a sua disposição é baixo. Tal número dificulta extremamente o trabalho da subsecretaria, que possui poucos trabalhadores para criar, desenvolver, monitorar e avaliar a política pública¹².

Em segundo lugar, além do número de servidores da SPM-MG ser menor do que o necessário, o orçamento destinado a essa subsecretaria também é extremamente reduzido. A seguir, segue, análise orçamentária de cada uma das ações desenvolvidas pela SPM-MG, sendo descritos seus orçamentos específicos.

Filtrou-se nos PPAG das gestões de 2012 até 2015 e de 2016 até 2019, as ações, programas e políticas públicas realizadas especificamente para as mulheres. No PPAG de 2012 até 2015, a palavra mulher foi citada cinco vezes no nome da ação, no público alvo ou na finalidade da atividade, sendo que apenas uma fazia referência a trabalho desenvolvido pela SPM-MG e os quatro demais à trabalhos desenvolvidos por outros Órgãos ou Secretarias do Governo. Já no PPAG de 2016-2019, a palavra “mulher” foi citada nove vezes, duas vezes em função de políticas públicas desenvolvidas pela SPM-MG e sete de políticas públicas desenvolvidas por outros Órgãos ou Secretarias de Governo.

Primeiramente, no PPAG 2012-2015, deve-se considerar o orçamento da ação de número 4208, *Viva Vida – Atenção às gestantes e crianças*, criada em uma parceria da SES e da CEPAM-MG (como visto anteriormente, predecessora da

¹¹ Pode-se observar também que esse não é um caso isolado na SEDPAC-MG. De acordo com pesquisas mais abrangentes nesse Portal, a SEDPAC-MG também possui um número de funcionários pequeno. Atualmente, a Secretaria possui apenas 203 servidores, enquanto Secretarias como a da Saúde, da Fazenda, de Planejamento e Gestão e a de Segurança Pública apresentam, respectivamente, um quadro de 4422, 3225, 1185 e 2735 funcionários.

¹² Ademais, observa-se que, muitas vezes, esses trabalhadores são militantes de movimentos sociais, que se encontram pela primeira vez em posições de gestão e governança. Embora essa trajetória possa agregar à política pública, é inegável que a mudança de posição também traz desafios. Dentre os 13 funcionários da SPM-MG, atualmente seis, ou seja, quase a metade são militantes de movimentos sociais.

SPM-MG) em 2012, com a finalidade de promover a saúde da mulher e da criança, buscando reduzir a mortalidade materna e infantil, assegurar o atendimento universal, integral, humanizado e especializado ao público alvo. Em relação a essa ação, pode-se observar que o seu orçamento total previsto era de R\$ 105.706.828,00, enquanto o valor orçamentário executado foi de R\$ 94.888.708,30.

No PPAG de 2016-2019, a ação número 4049 *Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, busca promover ações com o intuito de barrar qualquer forma de violência contra mulheres da cidade e do campo. Em relação ao seu orçamento pode-se perceber que o valor total previsto a ser destinado à ação foi de R\$100.000,00, enquanto o valor executado até o mês de dezembro de 2016, foi de R\$ 14.897,00.

Também presente no PPAG 2016-2019, a ação número 4125, Promoção da Autonomia das Mulheres, possui o objetivo de promover ações que assegurem a promoção dos direitos humanos, bem como garantir a autonomia das mulheres da cidade e do campo. Em relação ao seu orçamento, percebe-se que o valor total previsto a ser destinado à ação de R\$300.000,00, e o valor executado até o mês de dezembro de 2016 foi de R\$0,00.

Para se realizar análise financeira-orçamentária de cada uma dessas ações, buscou-se no Portal Online da ALMG, os Relatórios Institucionais de Monitoramento mais recentes de cada um dos PPAG, visando-se observar os valores programados a serem gastos e os valores de fato gastos por cada uma, tanto físicos (valor em unidades) quanto financeiro (valor em reais). No caso da ação número 4208, do PPAG 2012-2015, consultou-se o Relatório Institucional de Monitoramento do período de janeiro a dezembro de 2015, encontrando-se a versão mais atualizada do monitoramento orçamentário da ação. Para as ações número 4049 e 4125, do PPAG 2016-2019, consultou-se os Relatórios Institucionais de Monitoramento do período de janeiro a dezembro de 2016, encontrando-se a informação mais atualizada do monitoramento orçamentário das ações.

Segue abaixo a Tabela 1, de elaboração própria, contendo os valores físicos e financeiros de cada uma das ações desenvolvidas pela SPM-MG que constam nos PPAG 2012-2015 e 2016-2019, sendo especificados os valores programados e executados, ou seja, identificando o orçamento estadual da subsecretaria e verificando o que de fato foi gasto desse orçamento:

Tabela 1: Comparação entre os valores programados e executados (físicos e financeiros) nos anos de 2015 e 2016, das ações desenvolvidas pela SPM-MG com orçamento do Governo Estadual

AÇÃO	FINANCEIRO	
	PROGRAMADO	EXECUTADO
4208 – Presente no (PPAG 2012-2015)	R\$105.706.828,00	R\$94.888.708,30
4049 – Presente no (PPAG 2016-2019)	R\$100.000,00	R\$14.897,33
4125 – Presente no (PPAG2016-2019)	R\$300.000,00	R\$0,00
TOTAL	R\$106.106.828,00	R\$94.903.605,63

Fonte: Dados e informações dos Relatórios Institucionais de Monitoramento, do Portal Online AMLG. Tabela de elaboração própria.

Faz-se necessário incluir também na presente análise financeira-orçamentária, o orçamento da execução dos convênios nº 115/2012 e nº 137/2011 firmados com o Governo Federal, uma vez que ambos os convênios foram estendidos e por essa razão devem ser considerados. Na listagem de atividades e ações da SPM-MG apresentada anteriormente nos quadros de número 2, 3, 4 e 5 (Capítulo 2). Primeiramente, o Convênio nº 115/2012, definiu as metas de reaparelhamento dos Centros de Referência e das DEAM, além de estabelecer a humanização no atendimento às vítimas de violência sexual, a criação de Campanha de Divulgação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, e a elaboração dos projetos do Plano Estadual. Já o Convênio nº 137/2011, definiu as metas de qualificação de mulheres em privação de liberdade nas temáticas de gênero e raça, de capacitação de mulheres para o trabalho na perspectiva de empoderamento e autonomia dessas mulheres e o fortalecimento da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Segue abaixo a Tabela 2, de elaboração própria, contendo os valores físicos e financeiros de cada uma das ações desenvolvidas pela SPM-MG que constam nos PPAG 2012-2015 e 2016-2019, sendo especificados os valores programados e executados, ou seja, identificando o orçamento estadual da subsecretaria e verificando o que de fato foi gasto desse orçamento. Observa-se, por se tratar de

convênios, a tabela especifica os valores recebidos do Governo Federal pela SPM-MG.

Tabela 2: Valores dos convênios 137/2011 e 115/2012 recebidos pela SPM-MG nos anos de 2015 e SPM-MG com orçamento do Governo Federal

Descrição	Convênio 137/2011	Convênio 115/2012
Número	137/2011	115/2012
Número Original	764090/2011	774863/2012
Processo	00036.001662/2011-51	00036.001224/2012-73
Conveniente	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Objeto	Promover o fortalecimento da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	Campanha de Divulgação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência
Ação	Não consta	2C52
Valor Pactuado	R\$ 2.566.114,40	R\$ 2.454.778,23
Contrapartida do Proponente	R\$ 513.198,88	R\$ 490.955,65
Valor Liberado	Não consta	R\$ 1.963.822,59
Valor firmado SPM	R\$ 2.052.915,52	Não consta
Convênios empenhados	R\$ 2.052.915,52	Não consta
Vigência	Não consta	59 18.12.2013
Convênios pagos em 2010	Não consta	Não consta
Convênios pagos em 2012	Não consta	Não consta
Convênios Plurianuais	Não consta	Não consta
Convênios em resto a pagar	R\$ 2.052.915,52	R\$ 1.963.822,59

Fonte: Dados e informações do *Portal Online SPM-BR*. Tabela de elaboração própria.

É importante frisar que, nos Convênios 137/2011 e 115/2012, não há valor pago até dezembro de 2016, uma vez que os valores firmado e liberado, respectivamente, são iguais ao valor dos convênios em resto a pagar. De acordo com o Portal de Convênios - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o valor dos convênios em resto a pagar se define pela quantia em reais das

despesas empenhadas, porém não pagas, dentro do exercício do ano financeiro. (BRASIL, [20--]).

4.2 Dificuldade de registro do trabalho da SPM-MG e sugestão de possível solução

Como citado anteriormente, houve grande dificuldade de se encontrar informações organizadas e completas, durante o levantamento bibliográfico e construção do corpus documental da monografia. Tanto no mapeamento da rede de arquivos digitais da SEDPAC-MG, quanto nos documentos enviados pelas gestoras da SEDPAC-MG, verificou-se diversos problemas de registro e organização documental do trabalho desenvolvido.

Primeiramente, constatou-se que a maior parte dos documentos da SPM-MG presentes na rede de arquivos digital da SEDPAC-MG não se encontram devidamente organizados dentro de pastas específicas, sendo possível encontrar documentos de uma Superintendência ou Diretoria dentro da pasta de outra Superintendência ou Diretoria. Ademais, arquivos vazios, sem título, inacabados, contendo erros de digitação, duplicados com títulos diferentes, sem data de escrita, também são encontrados na rede da SPM-MG, o que dificulta a busca e o levantamento de dados na rede. Esse fato pode ser comprovado facilmente, uma vez que, após realização de mapeamento minucioso de arquivos da rede SPM-MG, dos 66 documentos levantados, lidos e analisados, apenas 9 se mostraram relevantes, na apresentação de ações e foram importantes para a elaboração e construção da monografia.

Ademais, o registro das ações, atividades, políticas e programas da SPM-MG também apresentam problemas, uma vez que grande parte do que foi identificado estava incompleto, com desordem de dados e de registros e com ausência de informações específicas para a sua identificação da ação. Um exemplo disso são os documentos SPM-MG – Relatório 2016 em construção (SPM-MG, 2016) e MEMÓRIA SPM-MG 2015 ATUALIZADA (SPM-MG, 2016), presentes na rede digital da SPM-MG, que, na apresentação das ações criadas e desenvolvidas, expõe apenas uma breve descrição da ação, a sua data, os seus encaminhamentos dados, o seu eixo responsável e, algumas vezes, fotos da ação sendo realizada. Esperava-

se encontrar um registro padrão de ações, contendo o título da ação, seu código, sua descrição, seus resultados alcançados, seu orçamento previsto, seu custo total e outras importantes informações para a devida identificação, especificação e registro de cada uma das ações.

Pode-se perceber que arquivos que não pertencem a rede digital da SEDPAC-MG/SPM-MG também apresentam informações das ações com lacunas e desordem, dificultando a análise das atividades desenvolvidas pela SPM-MG. Um exemplo disso são os documentos Relatório de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania 2015 (SEDPAC, 2015) e Relatório de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania 2016 (SEDPAC, 2016), disponibilizados por gestoras da SPM-MG. Nesses relatórios são apresentados apenas uma breve descrição das principais ações desenvolvidas pela SPM-MG no ano específico, caracterizando-se os eixos de atuação e citando algumas atividades de cada um dos eixos.

Em função desse problema de registro e organização descrito, e percebendo-se a dificuldade de recuperação, identificação e a análise de todas as ações desenvolvidas pela SPM-MG no período de 2015 e 2016, é proposto uma ficha ou formulário de cadastro de atividades da SPM-MG para serem utilizados futuramente, possivelmente no segundo semestre, antes do encerramento da atual gestão. A sugestão do uso de um formulário de cadastro e registro de atividades surge com a intenção de ajudar a subsecretaria a registrar de forma devida as suas ações, para que essas passem a se adequar a um padrão de organização, que permita rápida recuperação de informações relevante sobre cada atividade desenvolvida.

O primeiro formulário sugerido¹³ é o “Formulário de informações básicas das atividades desenvolvidas pela SPM-MG”, que tem o objetivo de padronizar o registro de cada uma das ações desenvolvidas pela subsecretaria em um período específico. O formulário apresenta 12 campos a serem preenchidos, para que a identificação, o registro e a organização das atividades realizadas pela SPM-MG seja de maneira mais eficaz e eficiente. Dentre os campos, pode-se citar o nome da ação desenvolvida, o seu código, a sua data e local de realização, o eixo responsável e o coordenador da atividade, os membros da equipe presentes, os resultados obtidos na ação, o seu público alvo, o número de pessoas e municípios atingidos com a

¹³ Ver Anexo 2.

ação, o orçamento previsto e o orçamento real gasto, e possíveis observações complementares a serem registradas.

O segundo formulário sugerido¹⁴ é o “Formulário de informações condensadas das atividades desenvolvidas pela SPM-MG”, que tem o objetivo de apresentar um panorama geral das ações realizadas por cada um dos eixos da SPM-MG, registrando, padronizando e categorizando as ações realizadas no período específico. O formulário apresenta dez campos a serem preenchidos, para que o registro e a organização das atividades realizadas pela SPM-MG sejam de maneira mais eficaz e eficiente. Dentre os campos, pode-se citar a Superintendência analisada, o número de ações desenvolvidas por essa, o conjunto do código de todas as ações desenvolvidas, o objetivo geral dessas ações, o número total de municípios atingidos, o número total de mulheres beneficiadas, os resultados gerais obtidos pelas ações, a soma do orçamento previsto das ações, a soma do orçamento total gasto com as ações e possíveis observações complementares a serem registradas.

Deve-se ressaltar, por fim, que os problemas encontrados na identificação, no registro e na organização das ações da SPM-MG não são de responsabilidade apenas da subsecretaria, uma vez que, fatores externos contribuem para esse quadro. Assim, o fato da SPM-MG existir a pouco tempo (apenas três anos) e a existência de uma limitação de pessoal da subsecretaria (não apenas dela, mas da SEDPAC-MG de um modo geral), contribuem muito para a problemática apresentada.

4.3 A SPM-MG como lugar de articulação das políticas para as mulheres

De acordo com o módulo 5 do livro *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça na Gestão Pública, A transversalidade de Gênero* (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2011) os conceitos de interseccionalidade e transversalidade na gestão pública possuem diferenças, porém ambos se referem à concepção de que as políticas públicas devem se articular para a superar as desigualdades econômicas e as disparidades de gênero e raça/etnia.

De acordo com as autoras, a intersetorialidade, primeiramente, é um conceito difundido na administração pública brasileira e compreende a perspectiva de que a

¹⁴ Ver Anexo 3.

gestão das políticas sociais e dos serviços públicos deve ser realizada por meio de ações integradas. Desse modo, a intersectorialidade define que, isoladamente, um único órgão setorial (como por exemplo um Ministério, uma Secretaria ou uma Coordenadoria) tem dificuldade em promover ações que abarquem a integralidade da demanda social, evidenciando as relações de interdependência entre os diversos setores.

Ademais, as autoras pontuam que é a interseccionalidade que abarca a ideia de que, conceitos expressivos, como por exemplo pertencimento racial, pertencimento de gênero, orientação sexual individual e condição de classe, se somam e geram situações de desigualdades e discriminações, mais intensas para determinados grupos sociais. Assim, a interseccionalidade trata especificamente a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas, que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Já a transversalidade de gênero e raça, de acordo com o módulo 5 do livro *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça na Gestão Pública, A transversalidade de Gênero* (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2011), é definida pela incorporação da perspectiva de gênero e de combate ao racismo em todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, que tenham impacto no combate à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas.

A transversalidade de gênero consiste na reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações de gênero em todos os processos de decisão e fazer com que todos os processos de decisão sejam úteis à igualdade de oportunidades. (STIEGLER, 2003)

As autoras ressaltam que a ideia da transversalidade para as políticas de gênero teve origem na proposta da Plataforma de Ação, durante a IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995), se tornando um fenômeno internacional¹⁵. Naquele contexto, a transversalidade de gênero possuiu o objetivo garantir a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da

¹⁵ O conceito de transversalidade foi adotado primeiramente pela Organização das Nações Unidas (ONU), e em seguida foi aceito pela União Europeia (EU) e por seus Estados-membros.

sociedade (econômica, política, cultural e social), acarretando em repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, e incidindo em mudanças imediatas relativas à remuneração, ao acesso à segurança social, ao acesso à educação e à saúde, à partilha de responsabilidades profissionais e familiares, além da busca de paridade nos processos de decisão.

De acordo com a autoras, no contexto Brasileiro, a incorporação da política de promoção das mulheres e negros e negras, via “transversalidade de gênero e raça”, representou a interação dos diversos órgãos, ministérios, empresas públicas, políticas públicas e da sociedade civil, passando a ser necessário considerar em cada área governamental, as especificidades e as demandas das mulheres e dos homens e dos segmentos raciais diferenciados. A proposta da estratégia da transversalidade significou assumir um novo olhar e um outro patamar para os homens e para as mulheres, brancos(as) e negros(as). Tratou-se, portanto, de uma transformação nas relações de gênero e raça que buscou eliminar, em sua essência, as representações segregadoras e discriminadoras, associadas ao feminino e à negritude.

A partir deste pressuposto, a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) implica a implementação de programas e ações comuns e integradas com outras esferas ministeriais (da saúde, do trabalho, da educação, do desenvolvimento agrário, da ciência e tecnologia, entre outras), no sentido de que a compreensão da transversalidade de gênero e raça/etnia possa garantir uma governabilidade mais justa e cidadã. (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2011)

De acordo com as autoras, um passo importante para a transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas foi dado com o posicionamento adotado nas I e II Conferências Nacionais de Política para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial, realizadas, respectivamente, em 2004, 2007 e 2005, 2009: o de assegurar espaço de participação mais expressiva de mulheres e negros/as na luta política para a implementação da estratégia da transversalidade de gênero e raça na governabilidade.

Nesse contexto, seguindo o passo e a iniciativa dada nessas duas Conferências, pode-se observar que a SPM-MG apresenta atualmente dois pilares em sua estrutura que priorizam a transversalidade de gênero e raça: o Eixo de Articulação e Transversalidade (criado em 2015) e o Comitê da Transversalidade

para Igualdade de Gênero (criado em 2016). Primeiramente, o eixo de Articulação e Transversalidade possui quatro principais funções na SPM-MG, sendo essas: a) disseminar informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres; b) subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no Estado de Minas Gerais; c) subsidiar a criação de OPMs (Organismos de Políticas para as Mulheres) e de Orçamentos para as Mulheres nos municípios de Minas Gerais; d) instituir um comitê para transversalizar e institucionalizar a utilização de recursos do estado para a construção de Políticas para as Mulheres. (Relatório de Gestão SEDPAC, 2016).

Relativo ao Comitê da Transversalidade para Igualdade de Gênero (CTIG) pode-se observar que, de acordo documento da SPM-MG de apresentação do Comitê (MINAS GERAIS, 2016), esse foi criado no dia 6 de abril de 2016. Ademais, a sua função consiste no mapeamento na articulação das políticas públicas para as mulheres no Estado de Minas Gerais, contribuindo para a efetivação da transversalidade e da multisetorialidade com vistas à promoção e incorporação da igualdade de gênero como valor institucional do Estado.

Dentre as suas competências: a) mapear os Programas e Ações das Leis Orçamentárias Anuais analisando o viés de gênero presente nos mesmos; b) articular e promover a transversalidade de gênero das ações de gestão, considerando sua diversidade e a necessidade de efetivar uma ação intersetorial; c) subsidiar os processos de elaboração e efetivação de políticas transversais como foco nas mulheres, no âmbito de toda a gestão do governo do estado; d) contribuir no processo de elaboração, monitoramento e revisão dos Planos Estaduais de Políticas para Mulheres; e) criar e visibilizar um instrumento acessível de controle social de longa duração. (MINAS GERAIS, 2011).

Após participação em uma reunião da 4 Reunião do CTIG¹⁶, pode-se observar que atualmente o Comitê conta com membros de 17 Secretarias de Estado, sendo essas de: Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC); Administração Prisional (SEAP); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI); Cidades e de Integração Regional (SECIR); Estado de Cultura (SEC); Desenvolvimento Agrário (SEDA); Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste (SEDINOR); Educação (SEE);

¹⁶ A 4 Reunião do Comitê da Transversalidade para Igualdade de Gênero foi realizada no dia 02/04/2018 (segunda feira), no Espaço Cidade para Todas, no 9 andar do prédio Gerais da CAMG.

Esportes (SEESP); Fazenda (SEF); Governo (SEGOV); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Planejamento e Gestão (SEPLAG); Saúde (SES); Segurança Pública (SESP); Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). Ademais, o Comitê conta com membros da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e da Fundação João Pinheiro (FJP-MG).

No que tangem as suas principais pautas de reunião, pode se citar que no ano de 2016 as duas principais reuniões ocorreram nos meses de julho e setembro, em que se discutiu, respectivamente, o Orçamento Mulher e a Dinâmica de Funcionamento do PPAG. Já em 2017, a reunião do mês de março apresentou como pauta as organizações das atividades do Março Mulher e as programações de Belo Horizonte e de diversos municípios mineiros no Dia Internacional da Mulher (8 de março). No mês de maio do mesmo ano, as reuniões do CTIG apresentaram oficinas e processos de trabalho coletivo, além de serem realizadas revisões do Plano Estadual de Política para as Mulheres (PEPM) de 2014. Por fim, em Julho de 2017, pode-se citar que as principais reuniões se pautaram nas Mulheres no PPAG, nas Propostas das Conferências e Fóruns Regionais e na Elaboração de um novo PEPM. (MINAS GERAIS, 2011).

Ressalta-se, por fim, que a criação do Comitê de Transversalidade para a Igualdade de Gênero se configura atualmente como uma importante ferramenta e instrumento da SPM-MG, visto que a subsecretaria apresenta uma limitação de pessoal e de orçamento. O Comitê, dessa forma, é, sem dúvidas, uma estratégia diante do quadro problemático identificado anteriormente, e, por apresentar uma saída e uma solução desse quadro, se faz essencial para a SPM-MG conseguir criar, desenvolver e efetivar as políticas para as mulheres no Estado de Minas Gerais.

5. CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desta monografia são as ações, os programas e as políticas para as mulheres propostos e desenvolvidos pela SPM-MG, entre 2015 e 2016. A subsecretaria formula, coordena e implementa as políticas voltadas para as mulheres de Minas Gerais, objetivando o enfrentamento da violência contra as mulheres, a promoção da igualdade de gênero e da igualdade cidadã, a proteção, a promoção da autonomia e o empoderamento de mulheres. Assim, o objetivo do trabalho consiste no levantamento, na sistematização e na análise de documentos que desvelem o trabalho da SPM-MG no período determinado.

A monografia se justifica pelo fato de que o mapeamento e a análise das ações, programas e políticas desenvolvidas e propostas pela SPM-MG ainda não haviam sido realizados por nenhum campo de estudos, e, ademais, podem com esse trabalho, ajudar o Governo do Estado a refletir sobre sua própria atuação, na área de criação e de desenvolvimento de políticas para as mulheres. No que tange a metodologia, utilizou-se a de trabalho própria do campo da história, sendo essa qualitativa ao realizar o levantamento bibliográfico documental e a heurística.

Primeiramente, a subsecretaria é apresentada, explanando-se suas funções. Ademais, conceitos de gênero são definidos, e, em seguida, relata-se um breve histórico das políticas para as mulheres no Brasil e em Minas Gerais, evidenciando-se o pioneirismo do Estado. São realizadas análises das ações da SPM-MG por meio de gráficos, quadros e tabelas, constatando-se a limitação financeira-orçamentária e de pessoal da SPMG subsecretaria. Em seguida, possíveis soluções são propostas, para a melhoria de registro das ações da SPM-MG, e, por fim, constata-se o papel da subsecretaria como articuladora das políticas para as mulheres em Minas Gerais.

No que tange a análise numérica das ações identificadas da SPM-MG, observa-se 67 ações, em que 35 foram realizadas em 2015 e 32 em 2016. Em seguida, dividiu-se essas de acordo com seus respectivos eixos e funções. Primeiramente, de acordo com seus eixos, constatou-se que: 22 ações foram realizadas pelo eixo de enfrentamento à violência contra a mulher; 18 pelo eixo de promoção da autonomia e o empoderamento de mulheres; 6 pelo eixo de articulação e transversalidade; e as demais 21 ações foram realizadas por todos os eixos.

Já no que tangem as funções específicas das ações, do total de 67, observa-se um total de 25 ações em que a SPM-MG organizou eventos e 21 ações em que participou de eventos. Ademais, a subsecretaria apresentou 12 ações de institucionalização da política, seis de parceria e três ações de gestão financeira-orçamentária.

Como contribuição desse trabalho, observa-se que esse se torna disponível para futuros trabalho e pesquisas acadêmicas, podendo ser relevante para o campo de estudos, uma vez que se realizou mapeamento e análise inédita das ações da SPM-MG no que tangem os anos de 2015 e 2016. No que tange a contribuição para o Governo, pode-se observar que o mapeamento e a análise realizados podem ajudar o Estado a refletir sobre sua própria atuação, em uma área extremamente importante, a de criação e de desenvolvimento de políticas para as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Federalismo e políticas sociais**. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. Descentralização e políticas sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996. p.13-41.
- AMORIM, Marina Alves. Para além de partidas e chegadas: migração e imaginário entre o Brasil e a França na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2012.
- BRANDT, Jaqueline Zermiani, LAVARDA, Rosalia A. Barbosa; LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. **Estratégia-come-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2017.
- BRASIL. **Organismos Governamentais, Distrito Federal, Estados e Municípios**. 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios>>. Acesso em: 15 de março de 2018.
- BRASIL. **Portal Online SPM Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 15 de março de 2018.
- BRASIL. **Restos a Pagar**. [20--]. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/ajuda/glossario/restos-a-pagar>>. Acesso em: 15 de março de 2018.
- CAICEDO MUNOZ, Silvia Cristina e SOLARTE-PAZOS, Leonardo. **Empoderamiento de mujeres de una ONG colombiana. Un estudio de caso simple**. Rev. Adm. Pública [online]. 2015, vol.49, n.6, pp.1597-1618. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612135980> Acesso em: 25 nov de 2017.
- CARRANZA, Maria. Saúde reprodutiva da mulher brasileira. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF, 1994. p. 95-150.
- CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e cuidado em políticas: salas de acolhimento do projoovem urbano**. *Cad. Pesqui.*[online]. 2017, vol.47, n.163, pp.264-291. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143947>. Acesso em: 22 out de 2017.
- COMEGNO, Maria Cecília. SP. **Mulheres em dados**. São Paulo Perspec.[online]. 2003, vol.17, n.3-4, pp.91-103. ISSN 0102-8839.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia. **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998.

CORCETTI, Elisabete; SOUZA, Susane Petinelli; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. **“Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero.** 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362018005002104&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 de março de 2018.

COSTA, Samira Lima da et al. **Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Saúde Soc., 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo.** São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 1998. Relatório de pesquisa n.18/1998.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. **Gestão de Políticas Públicas, Gênero e Raça.** A transversalidade de gênero. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

KALIL, Irene Rocha e AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. **Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero.** *Saúde debate* [online]. 2016, vol.40, n.110, pp.208-223. ISSN 0103-1104. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201611016>. Acesso em: 22 out de 2017.

KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann e BORGES, Zulmira Newlands. **Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2013, vol.43, n.150, pp.906-923. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000300009>. Acesso em: 22 out de 2017.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro.** Estudos Feministas, 1996.

LUNAS, Alessandra da Costa. **Caderno marcha das margaridas.** 2015. Disponível em: <http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2018.

MINAS GERAIS. **Ações de Capacitação e Empoderamento para Mulheres do Governo do Estado de Minas Gerais.** [Belo Horizonte], 2017.

MINAS GERAIS. **Portal da Transparência de Minas Gerais.** [20--]. Disponível em: <<http://www.transparencia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 23 de março de 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Relatório 2016 em construção.** 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Relatório 2016**. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **MEMÓRIA SPM-MG 2015 ATUALIZADA**. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Lei de Criação da SPM-MG**. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Relatório da Gestão da SEDPAC**. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Relatório da Gestão da SEDPAC**. 2016.

MORAES, Aparecida Fonseca and Ribeiro, Letícia. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Ago 2012, no.11, p.37-58. ISSN 1984-6487

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho e CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2012, vol.46, n.2, pp.403-423. ISSN 0034-7612. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000200004>. Acesso em 10 nov de 2017.

NOBRE, Miriam. **Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2016, vol.24, n.2, pp.645-652. ISSN 0104-026X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p645> Acesso em: 24 nov de 2017.

PITANGUY, Jacqueline. **Carta das Mulheres Brasileiras**. 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2018.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil de 1996**. 1996. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Edição Especial 10 anos da SPM/BR. Abril, 2014. Ano IV, número 5.

SARTI, Cynthia. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 34, p.38-47, 1988.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. "**Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas**": Situando-nos enquanto mulheres e negras. Cad. CEDES [online]. 1998, vol.19, n.45, pp.7-23. ISSN 0101-3262. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000200002>. Acesso em: 22 out de 2017.

STIEGLER, Barbara. **Género, Poder y Política**. División de Cooperación Internacional de la Friedrich- Ebert-Stiftung. Departamento América Latina y el Caribe, Bonn/Alemanha. 2003.

WASELFIZS, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2013: homicídios e a juventude no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em: 10 de março de 2018.

ANEXO 1

A) “SPM MG – Relatório 2016 em construção”:

O documento tem como objetivo de relatar o histórico das Políticas para as Mulheres no Brasil e em Minas Gerais, apresentar à SPM-MG, o seu organograma institucional, os seus eixos de planejamento, um breve resumo da sua agenda de 2016, do orçamento mulher e dos convênios da SPM-MG, suas perspectivas para o ano de 2017, os dados sobre a violência contra a mulher (utilizando gráficos e imagens), e informações sobre a participação feminina na política e no trabalho. As ações que são apresentadas nesse Relatório revelam o seu título, uma breve descrição e fotos.

B) “Relatório 2016”:

O documento “Relatório 2016”, apresenta outras duas versões além dessa com mesmo nome e tem como objetivo de relatar o histórico das Políticas para a Mulheres no Brasil, apresentar à SPM-MG, o seu organograma institucional, os seus eixos de planejamento, um breve resumo da sua agenda de 2016, do orçamento mulher e dos convênios da SPM-MG, suas perspectivas para o ano de 2017, os dados sobre a violência contra a mulher (utilizando gráficos e imagens), e informações sobre a participação feminina na política e no trabalho. As ações que são apresentadas nesse Relatório revelam o seu título, uma breve descrição e fotos dessa sendo realizada.

C) “MEMÓRIA SPM-MG 2015 ATUALIZADA”:

O documento tem como objetivo apresentar o organograma da SPM-MG, citar as principais ações da Subsecretária, a visão geral das Superintendências e apresentar dados e informações a respeito do enfrentamento contra a violência contra a mulher. Ressalta-se que as ações que são apresentadas nesse Relatório revelam o seu título, uma breve descrição e fotos dessa sendo realizada.

D) “SPM MG – Relatório 2016 Versão Final”:

O documento “SPM MG – Relatório 2016 Versão Final” apresenta outras duas versões com nome diferente no acervo digital da SPM-MG tem como objetivo de relatar o histórico das Políticas para a Mulheres no Brasil, apresentar à SPM-MG, o

seu organograma institucional, os seus eixos de planejamento, um breve resumo da sua agenda de 2016, do orçamento mulher e dos convênios da SPM-MG, suas perspectivas para o ano de 2017, os dados sobre a violência contra a mulher (utilizando gráficos e imagens), e informações sobre a participação feminina na política e no trabalho. As ações que são apresentadas nesse Relatório revelam o seu título, uma breve descrição e fotos dessa sendo realizada.

E) “Relatório de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), produzido pelo Governo Do Estado de Minas Gerais – 2015”:

O documento apresenta o Relatório das ações e programas de Governo ocorridos no ano de 2015 produzido pela SEDPAC, e nesse contexto, observa-se que a parte referente à SPM-MG está dividida no índice com os títulos de: “Subsecretaria de Políticas Para as mulheres”, “Apresentação” e “Dois Grande Desafios permanecem na SPM-MG em 2016” – sendo composta por 3 páginas (100, 101 e 102).

Dentre as informações relatadas, ressalta-se um pequeno histórico da SPM-MG, uma divisão da Subsecretaria – superintendências e diretorias, os desafios a serem enfrentados para ampliação das políticas para as mulheres em Minas Gerais e os principais trabalhos desenvolvidos pela SPM-MG no ano de 2015.

Nesse contexto, os 8 principais trabalhos desenvolvidos pela SPM-MG de acordo com o Relatório foram: a revisão dos convênios e a renegociação de seus prazos e cronogramas; o processo de reestruturação do Conselho Estadual da Mulher (CEM); a coordenação da Comissão Organizadora da 4 Conferencia Estadual de Políticas para as Mulheres (4 CEPM); a mobilização para as Vídeo Conferencias para as Mulheres; a formação de parceiras com as demais secretarias do Estado para afinar o diálogo sobre as políticas para as mulheres, a realização de Observatórios de Gênero; a formação de grupos de trabalho e de seminário; e a aliança estabelecida com a Fundação João Pinheiro para fortalecimento institucional da SPM-MG.

F) “Relatório de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), produzido pelo Governo Do Estado de Minas Gerais – 2016”:

O documento apresenta o Relatório das ações e programas de Governo ocorridos no ano de 2016 produzido pela SEDPAC. Nesse contexto, observa-se que a parte referente à SPM-MG está dividida no índice com o título de: “Políticas Para as mulheres”, sendo subdividido em “Enfrentamento à violência contra as Mulheres”, “Autonomia e Empoderamento”, “Articulação e Transversalidade”, “Formações e Capacitações” e “Comunicação, Divulgação e Informação” – sendo composta por 20 páginas ao todo – sendo dessas 11 destinadas para fotos.

Primeiramente, o documento relata que a SPM-MG se organiza em 5 eixos estratégicos e possui um total de 23 projetos realizados no ano de 2016. O primeiro eixo revelado é o de Enfrentamento à Violência contra a mulher, com o objetivo de atuar diante de mulheres em situação de violência em Minas Gerais, se fortalecendo por meio de parcerias com o Sistema de Justiça, com gestores municipais, estaduais e federais e com todos os organismos que compõem a Rede de Enfrentamento à violência e Rede de Atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado de Minas Gerais. É relatado aqui os eventos participados por esse eixo ao longo do ano de 2016, enfatizando-se seminários, reuniões, visitas a municípios, Rodas de Conversa, fóruns, encontros e conferências.

O segundo eixo, de Autonomia de Empoderamento tem como objetivo o enfrentamento das dificuldades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, a promoção da autonomia e empoderamento feminino, a capacitação das mulheres e a redução da invisibilidade da mulher. Nesse sentido é relatada três ações em que o eixo participou: o “projeto cozinha inteligente” – que viabilizou vagas no curso de cozinha promovido para mulheres pré egressas no complexo penitenciário Estevão Pinto (PIEP). Além disso o eixo de Autonomia e Empoderamento ministrou aula inaugural no Projeto Segunda Chance que se define pela realização do Enem de 2016 por mulheres em privação de liberdade. Por fim, esse eixo atuou com o programa do Governo Federal “Pró Equidade de gênero e raça em Minas Gerais”.

O terceiro eixo de Articulação e Transversalidade tinha como objetivo a reestruturação do Conselho Estadual da Mulher (CEM) e criação de parcerias com movimentos sociais. É relatado aqui que no ano de 2016 esse eixo de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e participou de reuniões do Comitê Interinstitucional de Articulação e Monitoramento das Políticas para as Mulheres de Minas Gérias.

Já o quarto eixo possuía o objetivo de qualificar servidoras (es) e mulheres considerando as diversidades existentes. É relatado a realização por esse eixo de vídeo conferências municipais e intermunicipais, realização de oficinas, seminários e workshops e participação desse eixo na capacitação de profissionais de saúde de Minas Gerais.

Por fim, o eixo de Comunicação, Divulgação e Informação promoveu workshops, realizou atividades referentes ao mês da mulher, ao 8 de março e ao outubro rosa. Participou de eventos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, idealizou campanhas, participou de gravações em parceria com a Rede Minas, realizou atividades esportivas em atividades prisionais femininas (BICAS II e ABRANCHES), promoveu apresentação teatral e roda de conversa na Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG) e inaugurou o espaço cidade para todas na CAMG.

G) Plano Plurianual de Ação Governamental: gestão 2012-2015

Com o objetivo de identificar as ações, programas e políticas públicas desenvolvidas pela SPM-MG em 2015, realizou-se filtro no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Observou-se que 5 programas realizados no PPAG citavam a palavra “mulher” no nome da ação, no público alvo ou na finalidade da atividade em questão, sendo esses: a ação de número 4640, *Consolidação e Aprimoramento do Sistema Estadual de Direitos Humanos – Abrigo e acolhimento provisório*; a ação de número 1296, *Com Licença, vou à luta*; o projeto de número 1099, *Implantação de Núcleos de assistência Jurídica Especializada*; a ação de número 4208, *Viva Vida – Atenção às gestantes e crianças*; e o projeto de número 4045, *Convivência na diversidade*.

Dentre esses, de acordo com pesquisa no *Portal Online da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, constatou-se que apenas uma ação foi desenvolvida pela SPM-MG, a ação de número 4208, *Viva Vida*. Essa ação foi criada em 2012, em uma parceria da Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres (CEPAM) com a SES, objetivando a promoção da saúde da mulher e da criança e a redução da mortalidade materna e infantil. Assim, a ação buscou assegurar o atendimento universal, integral, humanizado e especializado ao público alvo.

Dentre as quatro demais ações que, apesar de se configurarem como políticas para as mulheres, não foram desenvolvidas pela SPM-MG, constata-se

que, primeiramente, a ação de número 4640, *Consolidação e Aprimoramento do Sistema Estadual de Direitos Humanos – Abrigo e acolhimento provisório*, foi desenvolvida pela SEDPAC. Já a ação de número 1296, *Com Licença, vou à luta*, por sua vez, foi desenvolvida pela SEDESE, enquanto a ação número 1099, *Implantação de Núcleos de assistência Jurídica Especializada*, foi desenvolvida pela Defensoria Pública de Minas Gerais. Por fim, o projeto de número 4045, *Convivência na diversidade*, foi desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado.

Fonte: MINAS GERAIS, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Parecer sobre a indicação nº 83/2013. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/62677644/al-mg-06-12-2013-pg-125?ref=next_button>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

H) Plano Plurianual de Ação Governamental: gestão 2016-2019

Com o objetivo de identificar as ações, programas e políticas públicas desenvolvidas pela SPM-MG em 2016, realizou-se filtro no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Observou-se que 9 programas realizados no PPAG citavam a palavra “mulher” no nome da ação, no público alvo ou na finalidade da atividade em questão, sendo esses: o programa de número 213, *Convivência democrática, Programa Multissetorial eixo: educação e cultura*; o programa de número 022, *Políticas de proteção de direitos humanos, Programa Multissetorial eixo: saúde e proteção social*; a ação de número 4359, *Processamento Judiciário*; a ação de número 4494, *Apoio e fortalecimento da rede cegonha*; a ação de número 2003, *Gestão da Infraestrutura predial*; ação de número 1099, *Implantação de núcleos de assistência jurídica especializada*; a ação de 1058, *Apoio à inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres do campo*; a ação de número 4049, *Enfrentamento à violência contra a mulher*; e, por fim, a ação de número 4125, *Promoção da autonomia das mulheres*.

Dentre esses, de acordo com pesquisa no *Portal Online da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, constatou-se que apenas duas ações foram desenvolvidas pela SPM-MG: a ação de número 4049, *Enfrentamento à violência contra a mulher* e a ação de número 4125, *Promoção da autonomia das mulheres*. Primeiramente, a ação número 4049, foi criada pela SPM-MG no ano de 2016, com o objetivo de promover ações com o intuito de barrar qualquer forma de violência

contra mulheres da cidade e do campo. A ação número 4125, também foi criada pela SPM-MG no ano de 2016 e com o objetivo de promover ações que assegurem a promoção dos direitos humanos bem como garantir a autonomia das mulheres da cidade e do campo.

Dentre as ações e programas que não foram desenvolvidas pela SPM-MG, pode-se citar: o programa número 231, *Convivência democrática, Programa Multissetorial eixo: educação e cultura*, que foi desenvolvido pela SES, e o programa de número 022, *Políticas de proteção de direitos humanos, Programa Multissetorial eixo: saúde e proteção social*, que foi desenvolvido pela SEDPAC. A ação número 4359, *Processamento Judiciário*, foi desenvolvida em uma parceria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Tribunal da Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a ação número 4494, *Apoio e fortalecimento da rede cegonha*, foi desenvolvida pela SES. A ação número 2003, *Gestão da Infraestrutura predial*, foi desenvolvida pela Segurança Pública e a ação número 1099, *Implantação de núcleos de assistência jurídica especializada*, foi criada pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). Por fim, A ação número 1058, *Apoio à inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres do campo*, foi criada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA).

Fonte: MINAS GERAIS, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Parecer sobre a indicação nº 83/2013. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/62677644/al-mg-06-12-2013-pg-125?ref=next_button>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

I) Lei de criação da SPM-MG

De acordo com o Portal Online da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Lei número 22257, com o texto original datado de 27 de julho de 2016, apresenta em seu artigo número 31 a criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação e Cidadania (SEDPAC) e, com isso, a criação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-MG).

No artigo 31 da referido Lei, é especificado que a SEDPAC possui como competência planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado que visem ao fomento e ao desenvolvimento social da população, por meio de ações relativas à garantia, à promoção e à defesa dos direitos humanos e de ampliação da participação social.

Ademais é enfatizado que essa Secretaria deve enfatizar a educação em direitos humanos a proteção de vítimas e pessoas ameaçadas; a promoção e a defesa dos direitos da criança, do adolescente, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (população LGBT). Também é função da SEDPAC a promoção e na defesa de grupos historicamente discriminados; e o enfrentamento da violência e na promoção da autonomia das mulheres.

Por fim, é ainda competência da SEDPAC, de acordo com o artigo 31 da Lei de número 22257, a ampliação da participação popular e no fortalecimento de instrumentos e ferramentas de democracia direta e participativa; o monitoramento e na mediação de conflitos sociais; a promoção de ações afirmativas e no enfrentamento à discriminação racial contra a população negra; e o enfrentamento da violência e na inclusão social e produtiva da população jovem.

ANEXO 2

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Revisão da Lei Estadual SPM: 24-08*. O documento revela projeto de revisão da Lei Estadual nº 18.692/2009, assinado por Larissa Amorim Borges. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Passos – Revisado 30-08*. O documento contém informações a respeito da visita realizada na Escola Estadual Dulce Ferreira de Souza. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *texto base 4º CNPM*. O documento apresenta o texto base da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres Apresentando os quatro eixos centrais da Conferência. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *764090-137-2011 SPM – Fortalecimento da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres*. O documento apresenta a proposta de concessão de convênio para a promoção do fortalecimento da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Orçamento Seminário – Protocolo de Violência Sexual – ARMIND*. O documento revelar os preços para a realização de seminário em Belo Horizonte do dia 07/11 até 8/11 de 2017. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2017].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Decenal PD Socioeducativo 2016*. O documento apresenta o plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Subsecretaria de Atendimento à Medidas Socioeducativas (SUASE) em 2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *SPM MG – Relatório 2016 em construção*. O documento relata o histórico das Políticas para a Mulheres no Brasil, apresentar à SPM-MG, o seu organograma institucional, os seus eixos de planejamento e um breve resumo da sua agenda 2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *MÉMORIA_EIXOS_SPM*. O documento apresenta as atividades realizadas por cinco eixos da SPM-MG no ano de 2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *APRESENTAÇÃO REDE DE ENFRENTAMENTO 2016*. O documento conceitua e faz breve histórico da Rede de Enfrentamento, pontua os parceiros do CERNA e pontua as instituições participantes da Rede de Enfretamento. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Termo Referência Seminário – Protocolo de Violência Sexual – Hospedagem - Revisado*. O documento apresenta tabela realizada pelo grupo ARMIND para a SEDPAC com o objetivo de revelar os preços para a realização de seminário em Belo Horizonte do dia 07/11 até 8/11 de 2017. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2017].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. *Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. rede – de – enfrentamento*. O

documento contextualizar a constituição e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *norma – técnica – centros – referência*. O documento conceitua e informa sobre a Norma Técnica Centros de Referência Atendimento a Mulher em Situação de Violência. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *política pública para as mulheres*. O documento é uma monografia realizada no ano de 2014 por um aluno da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Belo Horizonte: SEDPAC-MG, 2014.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Premio BIRD 24 – 10 – 16 – Superintendência de Enfretamento Contra a Mulher*. O documento expõe informações a respeito das ações prévias necessárias para o funcionamento da unidade móvel (ônibus adaptados) que leva serviços para os municípios mineiros com o objetivo de prevenir e controlar a violência contra a mulher. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Diretoria de Inclusão*. O documento apresenta os convênios firmados entre o Governo Federal e a SPM-MG (convênios: 137/2011; 174/2011; 170/2012). Belo Horizonte: SEDPAC-MG, 2011.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Apresentação dos Convênios*. O documento apresenta memória de reunião realizada na Câmara dos Vereadores na data 11/04/2017. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2017].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Programação de Agosto*. O documento tem por objetivo citar os três momentos de atividades de uma capacitação elaborada pelo Eixo Educação. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *CI circular SISEP DH*. O documento ressaltar informações a respeito do Sistema de Promoção e Educação em Direitos Humanos SISEP-DH. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Serviços SPM-MG Versão final 04 março de 2016..* O documento apresentar dados sobre a violência doméstica, a violência sexual, a realização do processo de denúncia e informações sobre a Lei Maria da Penha. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório 2016*. O documento apresentar à SPM-MG, o seu organograma institucional, os seus eixos de planejamento, um breve resumo da sua agenda de 2016, do orçamento mulher e dos convênios da SPM-MG. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Capacitação Dicionário da Infâmia (memória)*. O documento explana o dicionário feminino da infâmia, acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência, publicado pela Fundação Oswaldo Cruz. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Mulher em Minas Gerais*. O documento citar informações a respeito da população total de mulheres e o percentual da população de mulheres em situação urbana e rural. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Apresentação – SUPEM – SPM (Treinamento de DU)*. O documento apresenta a SPM-MG, apresentar dados sobre a violência doméstica, a violência sexual, a realização do processo de denúncia e informações sobre a Lei Maria da Penha. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *MEMÓRIA SPM-MG 2015 ATUALIZADA*. O documento cita as principais ações da Subsecretária, a visão geral das Superintendências e apresentar dados e informações a respeito do enfrentamento contra a violência contra a mulher. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2015].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Grupo 1*. O documento relata as dificuldades encontradas pelos alunos da Fundação João Pinheiro do CSAP 34, de análise dos documentos arquivados na SPM-MG no ano de 2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Grupo 2*. O documento explana as dificuldades encontradas pelos alunos da Fundação João Pinheiro do CSAP 34, na organização do arquivo virtual da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SEPAM-MG). Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Grupo 3*. O documento relata a criação de uma ferramenta de pesquisa pelos alunos da Fundação João Pinheiro do CSAP 34, na SPM-MG. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Grupo 4*. O documento explana o relatório diagnóstico e sugestão de Procedimentos Operacionais Padrões

(POP) realizados pelos alunos da Fundação João Pinheiro do CSAP 34, na SPM-MG. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Reunião – Rede de Enfrentamento*. O documento discutir a respeito dos poderes públicos, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil e da luta pelos direitos das mulheres, na data de 19/04/2017. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2017].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – MPMG*. O documento relatar a respeito dos convênios 137/2011-SPM-PR e 115/2012-SPM-PR. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Março_mobilização_2016/CALENDÁRIO ATIVIDADES*. O documento cita a programação de março de 2016, de acordo com a agenda da SPM-MG, SEDPAC-MG e parceiros governamentais.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *ORGANOGRAMA SPM 2016*. O documento pontuar o organograma da SPM-MG no ano de 2016 apresentando a Subsecretária, as Assessoras Especiais, as Funcionárias do Conselho Estadual da Mulher, as Superintendentes e as Diretoras e Diretores da Subsecretaria. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, [2016].

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *MEMÓRIA SPM-MG 2015*. O documento, citar as principais ações da Subsecretária, a visão geral das Superintendências e apresentar dados e informações a respeito do enfrentamento contra a violência contra a mulher. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *SPM MG – Relatório 2016 Versão Final*. O documento relatar o histórico das Políticas para a Mulheres no Brasil, apresentar à SPM-MG, o seu organograma institucional, os seus eixos de planejamento, um breve resumo da sua agenda de 2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Atividades SUAT 2015*. O documento listar em uma planilha de Excel, trinta e um eventos, programas e ações realizados pela SUAT, apresentando o nome do evento, o seu público alvo, o número de participantes, a data prevista, o local previsto e se há necessidade de locação de espaço. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *PROJETO – PÉ NA ESTRADA*. O documento retrata o projeto, “Pé na Estrada – conhecendo as mulheres das Minas Gerais”, datado de 11/2015. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, 2015.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *PROJETO PRÊMIO SPM*. O documento retratar por meio da “Proposta Premium – o que fazer das mulheres” a premiação realizada às mulheres. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Acompanhamento – SUAT*. O documento apresentar a Superintendência de Autonomia Econômica das Mulheres e de Articulação Institucional (SUAT), explicando seus eixos, programas e projetos que a competem. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *PROGRAMAÇÃO_ FORMAÇÕES*

SUAT. O documento listar em uma planilha de Excel, trinta e um eventos, programas e ações realizados pela SUAT. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Agenda Isabel Lisboa*. O documento tem por objetivo iniciar a organização da agenda de novembro e dezembro da Isabel Lisboa. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres.. *CRAS E CREAS*. O documento é uma planilha de Excel os CRAS e CREAS do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *CRM*. O documento é uma planilha de Excel os CRM do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *CURSOS DISPONIBILIZADOS*. O documento é uma planilha de Excel os cursos disponibilizados pela SPM-MG do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *DEAM*. O documento é uma planilha de Excel os DEAM do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *DELEGACIAS E AFINS*. O documento é uma planilha de Excel as delegacias e afins do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *PREFEITURAS E CAMERAS*. O

documento é uma planilha de Excel as Prefeituras e Câmeras do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *VEREADORAS*. O documento é uma planilha de Excel as Vereadoras do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. *UNIVERSIDADES*. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. O documento é uma planilha de Excel as Universidades do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *PREFEITAS*. O documento é uma planilha de Excel as Prefeitas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *APRESENTAÇÃO SUPLEM – CEAHVIS FINAL*. O documento apresentar a SPM-MG, apresentar dados sobre a violência doméstica, a violência sexual, a realização do processo de denúncia e informações sobre a Lei Maria da Penha. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *Diagnóstico _violência _mulheres_2015*. O documento realiza um diagnóstico da violência doméstica e familiar em Minas Gerais datado de 08/2015. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, 2015.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *SPM MG – Encontro de Gestoras*. O documento explana a respeito do Segundo Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para as Mulheres, datado de 11/2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *CURSO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA – SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS*. O documento objetiva explicar o dicionário feminino da infância, acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência, publicado pela Fundação Oswaldo Cruz. (FIOCRUZ). Belo Horizonte: SEDPAC-MG, sem data.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. *INSCRIÇÕES PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DO DICIONÁRIO FEMININO DA INFÂMIA*. O documento apresenta o compilado de inscrições para o Curso de Formação do Dicionário Feminino da Infância realizado no dia 24 e 25 de novembro de 2016. Belo Horizonte: SEDPAC-MG, 2016.

ANEXO 3

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SPM-MG _ Semestre _
1. Nome da atividade:
2. Código:
3. Data e Local de realização:
4. Objetivo:
5. Eixo responsável e coordenador:
6. Equipe técnica presente:
7. Resultados obtidos:
8. Público Alvo:
9. Número de pessoas/municípios atingidos:
10. Orçamento previsto:
11. Orçamento real:

12. Observações:

**FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS
DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SPM-MG
_ Semestre _**

1. Superintendência:
2. Número de ações dessa:
3. Código das ações desenvolvidas:
4. Objetivo geral:
5. Número total de municípios atingidos:
6. Número total de mulheres beneficiadas:
7. Resultados gerais obtidos:
8. Orçamento total previsto:
9. Orçamento total gasto:
10. Observações:

ANEXO 4